



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | | |
|--|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0611/14 | DATA: 16/05/2014 | |
| LOCAL: Externa | INÍCIO: 10h27min | TÉRMINO: 13h07min | PÁGINAS: 70 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ODETE DA SILVA CARVALHO - Desembargadora.
LEANE BARROS FIUZA DE MELLO - Promotora de Justiça.
ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Defensora Pública titular da 2ª Defensoria Pública de Direitos Humanos de Belém, Pará.
RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB do Estado do Pará.
JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT - Coordenador-Geral do PRO PAZ.
EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Coordenadora de Serviços Integrados pela Paz/PRO PAZ.
SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Delegada e Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará.
MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará.
CARLOS BORDALO - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;
FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares de Belém.
REGINALDO REIS GOMES - Presidente da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses.

SUMÁRIO

Audiência pública para discutir o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Sede da OAB - Seccional do Estado do Pará.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Há breves intervenções fora do microfone.
Há intervenções fora do microfone, inaudíveis e ininteligíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Nome não confirmado: Dra. Negrete.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião na sede da OAB Seccional do Estado do Pará.

Nós queremos agradecer a presença de todas e de todos e, antes de qualquer coisa, agradecer ao Presidente desta Seccional da OAB, o Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo, por ter autorizado e oferecido os recursos humanos e materiais para a realização desta reunião.

Está presentes aqui compondo a Mesa a Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI, faz parte do PROS do Rio de Janeiro. Estamos no aguardo da presença do Deputado Arnaldo Jordy, que também é membro desta CPI.

Esta audiência decorre da aprovação do Requerimento nº 29, da Deputada Liliam Sá, e o objetivo é discutir o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará.

Nós estamos percorrendo o Brasil, já estivemos em vários locais do País. Nós estamos há algum tempo neste trabalho e, com estas audiências públicas, estamos tendo a possibilidade, a oportunidade de fazer a construção coletiva de elementos que possibilitem que nós estabeleçamos diagnósticos sobre a exploração sexual e o turismo sexual, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Por isso, a importância de estarmos chamando uma série de representantes do Estado e da própria sociedade civil, para que nós possamos construir juntos esse diagnóstico, que será incorporado ao relatório final desta CPI.

No decorrer dos trabalhos da CPI — e no decorrer da vida, eu diria, que, segundo Guimarães Rosa, às vezes embrulha tudo —, nós temos nos deparado com dois grandes desafios. Um deles diz respeito ao enfrentamento da impunidade. A impunidade, dentre outros aspectos, é a expressão nítida da falência do Estado Democrático de Direito e naturaliza a exploração sexual. E, ao naturalizar a exploração sexual e expressar a falência e a precariedade do Estado Democrático de Direito, nós vemos que há muito temor que se difunde a partir da impunidade. Se o Estado não dá resposta, a sociedade, as pessoas se sentem inseguras.

Nós temos visto que há um crescimento incontestável do número de denúncias, através do Disque 100, o que é bom. É bom porque indica, primeiro, a desnaturalização. Se se denuncia, é porque se estranha, é porque se percebe que há uma violação de direitos, e isso é um indício disso, um sintoma disso. Segundo,



porque indica, como já está previsto na nossa legislação, que assegurar os direitos de crianças e adolescentes — como sujeitos que são, e sujeitos de direitos, obviamente — é responsabilidade do Estado, da sociedade e da própria família, ou seja, a sociedade deve se imbuir da responsabilidade já prevista legalmente de defesa dos direitos de criança e adolescente.

Portanto, o aumento das denúncias indica esses dois fatores. Mas ele tem sido insuficiente, porque há denúncia, mas nós não temos rede de atendimento — outro desafio que nós temos que enfrentar —, que tem que ser necessariamente multissetorial, porque essas meninas e esses meninos precisam ressignificar as suas vidas. Nós não mudamos o que aconteceu nas nossas vidas, mas nós mudamos a forma de encarar o que nos aconteceu. Como diz Eduardo Galeano ou como diz Sartre, não se trata apenas de constatar o que foi feito conosco, mas de como podemos ressignificar o que foi feito conosco, para que possamos nos organizar para a própria vida.

Por isso a importância de um atendimento, que tem sido extremamente precário. Os CREAS atendem de forma muito insuficiente. Nós temos Estados com a dimensão que tem o Estado do Pará em que há muita dificuldade de atendimento, porque há dificuldades quanto aos equipamentos necessários para o desenvolvimento desse atendimento.

Nós temos, aqui no Estado do Pará, uma organização que se deu pela dor, de forma muito mais concreta e mais célere, na região de Altamira, em função da construção de Belo Monte. Nós já tivemos mais de oito audiências discutindo a questão de Belo Monte e das grandes obras. Nós não temos nenhuma dúvida de que essa é uma variável concreta e incontestável do recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Estamos, inclusive, trabalhando com uma sugestão de legislação para que nós tenhamos o mesmo valor dos licenciamentos ambientais para os licenciamentos sociais, particularmente com o recorte de criança e adolescente. Nós temos que criar condicionantes para licenciar a instalação de grandes obras, para que nós possamos assegurar que as grandes obras não provoquem um destroço em nossas crianças e adolescentes.

Digo isso porque, em Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia, depois da instalação dessas duas hidrelétricas, foram derramados milhares de homens sem



qualquer tipo de vínculo. No caso de Jirau, mais de 30 mil homens sem qualquer tipo de vínculo. E, com a perspectiva de um eldorado e de farta distribuição e acréscimo de renda, para lá se deslocam as rotas de exploração sexual, tendo como destino as proximidades dos canteiros das grandes obras. Foi o que nós constatamos em Jirau, onde aumentou em mais de 200% o número de estupros e onde houve um aumento absolutamente significativo, de mais de 25%, de casos de gravidez precoce.

No caso de Altamira, como eu disse, já realizamos mais de oito audiências. Nós escutamos representantes do consórcio, nós escutamos as empresas — BNDES, Caixa Econômica, os próprios fundos e o Banco do Brasil — que financiam as grandes obras, nós escutamos os atingidos pela barragem e as comunidades tradicionais, nós escutamos os Conselhos Tutelares e nós escutamos vítimas.

Houve, nas proximidades do canteiro de Belo Monte, a constatação de cárcere privado de meninas que tinham sido aliciadas no Sul do País e passaram 14 horas em uma *van* para chegarem às proximidades e serem ofertadas como se coisas fossem.

É preciso que a gente tenha a clareza de que, se há exploração sexual, há o roubo da infância, há desumanização. É um processo de desumanização absolutamente inadmissível que coloca em risco a concepção de democracia no nosso País; coloca em risco a nossa Constituição como instrumento concreto de mudanças ou de qualidade de vida, uma Constituição que fala de dignidade humana. Não há dignidade humana se a infância é roubada, como tem sido roubada no nosso País. Não há dignidade humana com essa cadeia de vitimização. São meninas empurradas pela pobreza, no que diz respeito particularmente à exploração, diferentemente dos fatores que levam ao abuso.

O abuso ocorre, via de regra, em relações interpessoais, intersubjetivas, onde há ascendência afetiva muito estabelecida. Na exploração sexual, a variável da pobreza é uma variável concreta, como vimos no caso de Coari, onde se estima que o Prefeito tenha estuprado por volta de 100 meninas entre 8 e 9 anos. Uma equipe de funcionários da Prefeitura, pagos com recursos públicos, identifica as meninas que estariam dentro do perfil aceito ou desejado pelo Prefeito e fazem a abordagem: montam um esquema de proximidade com a menina, identificam as pessoas próximas e descobrem as situações de vulnerabilidade.



Nós pegamos depoimento de uma menina que decidiu se vergar ao Prefeito quando a mãe foi acometida de um câncer e não tinha como ser tratada. O Prefeito ofereceu tratamento à mãe da menina, que ficou numa espécie de cárcere dourado durante muitos anos no Município de Manaus.

Portanto, nós não temos nenhuma dúvida de que é preciso que nós possamos fazer um enfrentamento, e de que a pobreza é uma variável para a exploração sexual.

A segunda vitimização é que as crianças abrem mão de serem crianças: é roubada a sua infância, é roubada a sua condição de sujeito de sua sexualidade, dos seus direitos sexuais, de sujeito da sua vida.

A terceira vitimização é quando a fala não é escutada. E se fala de várias formas em uma situação de violência sexual.

A quarta vitimização é quando se culpabilizam, particularmente, as adolescentes, porque há leitura diferenciada entre criança vítima de exploração sexual e adolescente vítima de exploração sexual. Culpam-se as adolescentes pela situação em que elas se encontram como vítimas.

Eu e a Deputada Liliam Sá já apresentamos na Câmara um projeto de lei no sentido de que se desconsidere a vida pregressa das crianças e adolescentes vítimas da violência presumida ou de estupro de vulnerável, ou seja, de quem tem até 14 anos. Nós estamos propondo essa legislação para evitar decisões como a do STJ, em que o agressor, o criminoso foi inocentado em função da condição da vítima de já ter alguma experiência sexual. Nós precisamos evitar essa concepção e essa construção que nos atingiu a todos.

Então, a cadeia de vitimização precisa ser rompida. A exploração sexual, via de regra, concentra uma série de discriminações: discriminação social, desigualdade social, desigualdade de gênero — a maior parte das vítimas é não de meninas, necessariamente, mas do gênero feminino —, discriminação étnica e, obviamente, a desigualdade que leva à discriminação adultocêntrica, como se criança e adolescente não fossem sujeitos, e sujeitos de direito, mas desumanizados simbolicamente e, via de regra, também literalmente.

Portanto, nós percebemos dois grandes desafios que precisam ser enfrentados. O primeiro é romper a impunidade. Isso significa ter equipamentos e



aparelhamento do próprio Poder Executivo. Não podemos ter ausência de espaços para consolidar ou obter provas. Em um Estado como o do Pará, que é de grandes dimensões, às vezes há dificuldade de locomoção de um Município para outro. Nós não podemos ter esse nível de dificuldade de essas crianças e adolescentes estarem em instituições, ou nas instituições de polícia técnica, para que se colham as provas.

Nesse sentido, a partir de uma discussão feita pela própria CPI, há um processo de convênio entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde para que haja o treinamento dos profissionais de saúde, para que eles possam colher a prova. Isso já foi estendido para as mulheres vítimas de violência. É importante que nós possamos assegurar para crianças e adolescentes que haja a capacitação dos profissionais de saúde, que têm maior capilaridade do que os profissionais da Justiça ou da segurança, para que possam colher as provas, porque muitas vezes as provas se perdem em função da dificuldade do acesso das vítimas, ou das supostas vítimas, a esse tipo de equipamento.

Então, é preciso romper a lógica de impunidade, e é preciso assegurar um atendimento superior.

Nós vamos discutir isso aqui com todas estas instituições que foram convidadas e que se dispuseram a estar presentes — e de pronto agradecemos sua presença.

Às 12h30min, nós vamos nos dirigir ao Município de Breves, onde há uma série de denúncias absolutamente impactantes que nos fazem duvidar da extensão da nossa humanidade, da profundidade da nossa humanidade, e vamos retornar ao final do dia para uma reunião com o Poder Executivo.

O Poder Executivo é absolutamente fundamental para o rompimento da impunidade e para o estabelecimento do atendimento. Nós temos Conselhos Tutelares, que inegavelmente são parceiros de profunda importância e aplicam as medidas de proteção, mas quem executa as medidas de proteção, via de regra, é o Poder Executivo. Muitas vezes o Conselho Tutelar aciona a rede de proteção, mas a rede está precarizada, não dá respostas. E muitas vezes o Conselho Tutelar é responsabilizado pela ausência de resposta, que foge à sua própria esfera de atuação, porque aplica a medida, mas não executa a medida.



De pronto, chamo o Deputado Arnaldo Jordy para também fazer parte da Mesa.

Nós queremos discutir com o Executivo a quantas anda a elaboração do plano de enfrentamento. Os planos de enfrentamento são instrumentos indispensáveis — indispensáveis —, porque eles significam uma construção coletiva. Tudo o que é permanente tem que ser construído coletivamente, penso eu. Eles significam a multissetorialidade, porque há uma multissetorialidade e há um sistema de enfrentamento. Esse sistema pressupõe relação do Governo Federal, do Estado e dos Municípios.

Nós estamos discutindo com o Governo Federal a construção de um sistema único — como se está discutindo para as mulheres um de defesa dos direitos das mulheres — de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. É verdade que nem todo Município tem Secretaria da Criança, mas todos os Municípios têm um representante ou uma estrutura do próprio Poder Executivo que tem como atribuição as políticas de defesa da criança e do adolescente. Pode ser uma coordenadoria ou uma subsecretaria, pode ser uma diretoria, mas todos os Municípios, em algum local, têm uma estrutura do Executivo responsável pelas políticas para crianças e adolescentes. Então, é possível construir esse sistema.

E um plano pressupõe não apenas a reparação, não apenas a garantia dos direitos, mas pressupõe a promoção, pressupõe, portanto, políticas de prevenção, políticas de promoção e políticas de reparação. Ou seja, ele pressupõe todas essas esferas.

Eu penso, e nós já solicitamos a todos os Estados e a todos os representantes do Governo Estadual, dos Ministérios Públicos e também do Poder Judiciário que nos remetessem quais são as iniciativas que foram tomadas em cada uma dessas representações do poder estadual, ou seja, do Estado — Ministério Público, Judiciário, Legislativo e também Executivo —, para que nós possamos ter uma avaliação de quais são as respostas que estão sendo construídas, para que nós possamos enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País.

Portanto, nós estamos trabalhando não apenas com o foco de vencer os desafios da impunidade, da ausência e da precariedade do atendimento, mas



também com as grandes obras, que seguramente têm impacto no recrudescimento da exploração sexual, e com os grandes eventos, que significam um fluxo de turistas que podem recrudescer as situações de exploração sexual.

Vamos fazer, inclusive, uma discussão sobre a agenda de convergência do Governo Federal. O Governo Federal tem feito uma agenda de convergência, tem construído comitês populares para a Copa, nos locais que sediarão os jogos — não é o caso daqui, me parece. Mas, nos locais que sediarão os jogos, nós temos a construção de comitês com a participação da sociedade civil, que têm elaborado seus planos. São planos de fluxo de atendimento, de disponibilização de equipamentos. Alguns locais, como o Rio de Janeiro, a Bahia e o próprio Amazonas, com as festas dos Bois, já têm *expertise* para lidar com grandes eventos, porque sediam grandes eventos como o carnaval, o ano novo ou festas específicas. Alguns já têm uma experiência maior. Por exemplo, nós estivemos na Bahia, e ali nós vimos que durante o carnaval são construídas creches para que as crianças, filhos e filhas das pessoas que vão trabalhar temporariamente durante o evento, possam estar abrigadas, acolhidas nas proximidades da realização dos grandes eventos. Na Bahia também nós vimos uma construção de fluxo de atendimento do conjunto dos equipamentos públicos. Essa é uma preocupação nossa.

Encerro dizendo que nós temos preocupação com as grandes obras, com os grandes eventos e com as nossas fronteiras, onde vemos coisas que não gostaríamos de ter visto: quartéis, que deveriam estar protegendo nosso País, são palcos de exploração sexual de crianças e adolescentes — também aqui no Pará vemos locais em que as pessoas estão sob a custódia do Estado e em que há situações de exploração, como unidades de internação de crianças e de adolescentes em conflito com a lei que também são palco de exploração sexual. Essas são as preocupações desta CPI.

Eu vou passar a palavra aos dois Parlamentares que estão conosco. Mas, antes disso, como são vários os representantes convidados e não temos espaço para todos à mesa, vamos chamar apenas alguns para que estejam conosco à mesa, mas pedindo a todas as convidadas e a todos os convidados que se sintam contemplados na Mesa desta audiência pública.



Eu gostaria de chamar a Desembargadora Odete da Silva Carvalho, que está representando a Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento (*palmas*). Gostaria de chamar a Promotora de Justiça Leane Barros Fiuza de Mello, que aqui representa o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará titular da Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Pará (*palmas*). Gostaria de chamar a Dra. Anelyse Santos de Freitas, Defensora Pública titular da 2ª Defensoria Pública de Direitos Humanos da Capital, representando aqui o Defensor Público Geral do Estado do Pará, Luís Carlos de Aguiar Portela (*palmas*). Gostaria de chamar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Carlos Bordalo (*palmas*). Gostaria de chamar o Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB do Estado do Pará, Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo (*palmas*).

Eu gostaria de chamar uma pessoa que pudesse representar o Poder Executivo. Aqui está a Delegada Simone Edoron Machado Araújo. Estão também outros representantes, como a Sra. Eugênia Sandra Pereira da Fonseca.

O Dr. Jorge Bittencourt vai representar o Coordenador-Geral do PRO PAZ.

Por fim, queria chamar a Maria de Nazaré, que é Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará (*palmas*), para se sentar conosco à mesa.

Passo a ler a relação dos convidados, para sabermos se todos estão presentes: Sr. Rilmar Firmino de Sousa e Vereadora Marinor Brito — não estão presentes; Sr. Ricardo Washington; Delegado Marcos Fabiano Amazonas de Souza, Diretor da Divisão de Atendimento ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Pará — DATA; Delegada Simone Edoron Machado Araújo, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará; Sr. Fábio Sérgio Paixão Almeida, Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares de Belém; Sra. Norma Suely Souza Carvalho, representante do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente no Pará; Sr. Reginaldo Reis Gomes, Presidente da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses.



A Irmã Henriqueta foi convidada. A gente já colheu o depoimento dela também em audiência pública em Brasília, mas ela está adoecida. E disse que alguma pessoa estaria...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela já chegou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, não tinha visto. Deputada Irmã Henriqueta Cavalcante, Coordenadora da Comissão Justiça e Paz do Regional Norte 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Irmã Henriqueta, é um prazer imenso tê-la aqui.

A Eugênia está aqui conosco, não é isso? E Leila Maria dos Santos Silva, Coordenadora Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de Combate ao Trabalho Escravo e à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

Então, essas são as pessoas que estão aqui conosco, e nós vamos escutá-las, todas, para que possamos trabalhar nessa condição.

Eu só gostaria de saber se o Rilmar Firmino de Sousa está aqui. *(Pausa.)*
Não.

(Não identificado) - A Delegada Simone...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, a Simone já foi citada. O Luiz Fernandes Rocha, que é Secretário de Segurança do Estado do Pará, também não está presente, nem a Vereadora... E o Delegado Marcos Fabiano Amazonas de Souza está aqui? *(Pausa.)* Está aqui, já foi citado. Só isso.

Fizemos a checagem de todos que estão aqui para que nós possamos dar início a nossa audiência.

A Deputada Liliam Sá tem, como Relatora, a prerrogativa de usar da palavra a qualquer momento e quando achar conveniente para obter esclarecimentos que possam subsidiar a construção de seu relatório. Então, a qualquer momento, a Deputada Liliam Sá pode fazer uso da palavra, inquirir, perguntar, comentar, enfim é o que diz o nosso Regimento, de forma muito justa, para que possamos ter um bom relatório.

Eu gostaria de perguntar à Deputada Liliam se quer fazer uso agora da palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia a todas as autoridades presentes. Eu quero agradecer por estar sendo recebida no Estado do Pará. Eu



quero agradecer ao Deputado Arnaldo Jordy por esta acolhida e por poder contribuir de alguma forma para melhorar a situação de crianças e adolescentes do Estado do Pará. Mas eu abro mão da minha fala devido à hora e também porque a nossa Presidenta apresentou tão bem a CPI e falou de todos os assuntos. Então eu gostaria mais de ouvir.

Como nós estamos fechando o nosso relatório na semana que vem, é muito importante a contribuição que vocês irão nos dar nesta manhã. Só quero acrescentar que fomos protagonistas de prisões importantes de pedófilos nos Estados em que nós visitamos. Inclusive o Deputado Arnaldo Jordy esteve comigo no Rio de Janeiro ouvindo... Foi muito pesado aquele depoimento do Fernando Marinho de Melo. Ele era supostamente um sequestrador de meninas, está preso, e foi através do trabalho da CPI que nós conseguimos reverter para que ele tivesse um novo julgamento, porque ele estava em liberdade. E lugar de pedófilo, nós sabemos, é na cadeia. Não pode estar solto por aí abusando de crianças e adolescentes.

Então, quero registrar o importante trabalho que o Deputado Arnaldo Jordy tem feito na Câmara dos Deputados como Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, e a contribuição importante que S.Exa. está dando também como membro da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Nós sabemos que essas duas importantes Comissões Parlamentares de Inquérito farão a diferença no Brasil: na mudança de leis para que garanta a integridade física, a integridade moral de nossas crianças e adolescentes. Por isso eu agradeço a oportunidade de estar aqui e prefiro ouvir vocês nesta manhã.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputada Erika Kokay, Presidente da nossa Comissão, Deputada Liliam Sá, nossa Relatora, obrigado pela presença de V.Exas. aqui. Esta CPI tem percorrido o Brasil inteiro, realizando momentos como este, no sentido de avançar na luta de enfrentamento e de combate à exploração, à violência e ao abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil.



Nós sabemos do déficit que o Estado brasileiro tem com essa agenda, que é uma agenda de direitos humanos, é uma agenda de cidadania, é uma agenda de afirmação democrática, e que o nosso passivo ainda é muito, muito grande.

Quero parabenizar as duas em nome de todos aqueles que, na Câmara dos Deputados, têm pautado seus mandatos na dedicação a esse tema e a outros correlatos.

Nós tivemos, anteontem, uma vitória expressiva, que foi a aprovação da tipificação de crime hediondo para a exploração sexual e a prostituição infantojuvenil. Essa definição pode parecer um pequeno detalhe, mas ela nos ajuda muito — e muito — a valorizar o crime contra os direitos humanos, contra a vida humana, que, neste País, são muito preteridos diante dos crimes patrimoniais, dos crimes materiais. E com todas as limitações que isso gera para criminosos dessa natureza, é um marco importante que nós, depois de muito tempo, conseguimos.

O empenho da Deputada Erika Kokay, da Deputada Liliam Sá e de outros Deputados e Deputadas foi importante para que conseguíssemos a unanimidade. Numa correria danada, foi aprovado na Comissão de Seguridade, depois, corremos para aprovar na Comissão de Constituição e Justiça, e, finalmente, conseguimos aprovar.

Deputada Erika Kokay e Deputada Liliam Sá, pensou-se em se fazer uma audiência pública aqui, mas resolvemos transformar em uma reunião apenas com as autoridades, com as instituições e algumas entidades da sociedade civil. Isso foi uma ponderação pertinente, feita pelo CEDCA — Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras entidades. O Deputado Bordalo acompanha pela Comissão de Direitos Humanos e temos feito várias audiências públicas e, muitas vezes, elas se traduzem na sensação de frustração, principalmente porque nessas últimas audiências a gente conclama para que a sociedade venha aqui, faça os seus depoimentos, em muitos casos exponham-se, porque é audiência pública e tem certa repercussão midiática, e o que vemos depois são as instituições respondendo muito aquém dessa expectativa criada. Então, foi uma decisão acertada fazer, neste momento, esta audiência com essas instituições.

Eu saúdo a presença de todas as entidades, em especial, a do Poder Judiciário, representada pela Desembargadora Odete, que, antes de ser



Desembargadora, é uma militante da causa. A mesma coisa, no conceito extensivo, falo para a Dra. Leane Fiúza de Mello, que é uma guerreira nessa luta, para a Dra. Anelyse, da Defensoria Pública, para as demais entidades aqui presentes: Assembleia, OAB, PRO PAZ e para a Nazaré, que é Presidente do Conselho.

Nós precisamos avançar muito nessa sintonia, nessa comunhão de protagonismos nessa luta. Há 4 anos, nós tivemos uma CPI, nós fomos os autores dessa Comissão Parlamentar de Inquérito — eu e o Deputado Bordalo —, eu fui o Relator, e essa CPI trouxe à tona uma realidade que, para mim e para outros, era pouco conhecida ou insuficientemente conhecida. Nós chegamos ao número, em 5 anos, de quase 100 mil casos projetados de abuso, exploração e violência sexual contra crianças. No Estado do Pará há uma média de 20 mil casos/ano. E, lamentavelmente, nós temos muitas dificuldades.

A gente sabe que esta é uma questão banalizada. Eu não a considero normal. Não vou aceitar nunca que isso seja uma coisa normal ou cultural, como alguns definem. Pode até ser comum em determinadas situações pela recorrência, mas normal não é. E a gente ainda percebe uma série de entraves na sociedade civil, mas principalmente no comportamento do Estado. Eu falo no sentido *lato sensu*. E principalmente ainda na estrutura policial. E faço aqui o registro do excelente trabalho que a Delegada Simone, a Delegada Christiane Lobato, hoje Delegada-Geral Adjunta, e todos esses policiais que tem se dedicado a essa causa. A gente sabe que isso não muda fácil. O olhar do Estado ainda é um olhar de valorização excessiva dos crimes materiais. O crime contra a pessoa é difícil. O crime contra os direitos humanos é difícil. Não há uma valorização. Ainda existem policiais que desprezam esse problema: *“Isso não é problema da polícia, isso é problema de outra coisa”*. A mesma coisa é essa insuficiência... Reconhecidos avanços, sem dúvida, do Ministério Público e também do Poder Judiciário. O olhar do juiz ainda não é... Agora mesmo nós estivemos em Jacundá, Deputado Bordalo, um caso absurdo, um flagrante de duas crianças. Delegada Simone, a polícia fez o trabalho do Delegado Sérgio Máximo, salvo engano. Fez o trabalho correto. E a gente tem que registrar, criticar quando não faz e elogiar quem faz. A Promotora de Justiça exemplar e o juiz nega a prisão por argumentos absolutamente fluidos, risíveis. E pronto. Acontece.



A SRA. RELATORA (Deputada Lilliam Sá) - Pede um novo julgamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não. Não foi nem julgado. É prisão. Foi praticamente flagrante. Há testemunhas, há tudo. Ou seja, há materialidade farta, e não acontece. Em Paragominas, agora um bebê de 8 meses foi estuprado. Oito meses! Páginas de jornais registrando e aí o tráfico de influência, o poder econômico, a influência política em muitos casos contaminando o processo... E como esse crime é praticado 99,9% contra pessoas economicamente vulneráveis e com outras vulnerabilidades, a coisa fica difícil.

Então, nesse tipo de crime o papel do Estado é decisivo, porque é um crime clandestino e tudo isso que a gente já sabe de cor e salteado. Não tem testemunha. O papel do Estado é decisivo. O empenho do Estado não pode ser na média dos outros tipos penais. Não pode. Ou a gente vira esse jogo, essa página, de exigir um olhar distinto dessas instituições, ou nós não vamos conseguir. Em determinado momento, o problema pode até agravar, porque a pessoa, estimulada pelo que a gente fala, denuncia, depois não acontece nada e o abusador ainda passa tripudiando da dignidade humana dizendo: *“Está aí. Não acontece e pronto.”* E muitas vezes a vítima tem que voltar ao convívio depois do problema exposto, o que é muito mais grave, vamos dizer assim.

Então, concluindo, eu acho que nós precisamos fazer uma reflexão no sentido de tentar ver como é que cada uma dessas instituições — Defensorias, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia e a sociedade civil, claro, mas essas instituições que respondem — podem efetivamente melhorar o seu desempenho no enfrentamento dessa questão. Acho que este é o grande desafio aqui para nós, nesta audiência pública. Não adianta. Os casos são inúmeros e poderíamos passar três dias falando dessas situações. Mas como essas instituições podem efetivamente melhorar? Como que a gente pode inclusive monitorar ou ajudar para que isso possa funcionar um pouco melhor?

Era um pouco essa provocação que gostaria de fazer, agradecendo a presença de todos e saudando este momento desta reunião da CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de agradecer a presença da Nayana Leite Klautau Ferreira, Coordenadora do PRO PAZ Integrado, Núcleo Santa Casa.



Vamos proceder da seguinte forma: estamos com problema de horário, pois começamos com muito atraso. As pessoas chegaram muito atrasadas, e nós estamos tendo uma série de problemas de mobilidade na cidade. Enfim, mas nós vamos estabelecer um prazo de 5 minutos para cada uma das pessoas que serão chamadas para falar, sem prejuízo.

E vamos solicitar encarecidamente que as pessoas que tiverem denúncias, estudos e diagnósticos possam remetê-los à CPI, porque estamos na fase final de elaboração do relatório. E esse relatório, em meados de junho, provavelmente, terá de ser apresentado e apreciado. Então, as pessoas podem passar posteriormente para a CPI todas as informações que acharem que são úteis e que gostariam que estivessem compondo o relatório final, obviamente, para a apreciação da Relatora.

Então, vou passar a palavra para a Desembargadora Odete da Silva Carvalho, que aqui representa a Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Eu vou dar 5 minutos, e nós vamos informar, o Secretário da CPI, Dr. Francisco, informará quando o tempo estiver concluso.

Então, com a palavra a Desembargadora Odete da Silva Carvalho, que aqui representa a Presidenta do Tribunal, Luzia Nadja Guimarães Nascimento.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Bom dia a todos. Na realidade, eu, na qualidade de Poder Judiciário, trouxe alguma coisa para vocês. Mas, já que o tempo é exíguo, 5 minutos, já vi que o nosso material, uma parte dele... Depois o entrego aos senhores.

Na realidade, esse fato, esse tipo de assunto vem desde os primórdios da civilização. Nos nossos interiores, nas nossas cidades, isso acontece muito. E uma das coisas... Nós temos números, mas, na verdade, a realidade é bem pior do que esses números, porque são fatos que acontecem dentro da família, na vizinhança e em todos os lugares, e a maioria dos casos não é levada para as providências. Então, isso é algo muito mais grave do que se pode imaginar.

E percebe-se, pelo tempo que nós temos de convivência com esse tipo de fato, que, geralmente, as crianças e os adolescentes não têm coragem de dizer o que está acontecendo. Então, esse é um fato. Eles têm medo. Geralmente, por medo dos pais, elas não revelam o que está acontecendo. Quando os pais chegam a descobrir, na maioria dos casos, é exatamente porque alguém viu, alguém



percebeu. Dificilmente, a criança e o adolescente falam desse fato, do que acontece com eles em matéria de violência sexual. Por isso, os números que nós tivermos serão bem maiores do que nós realmente temos.

Nós temos um relatório estatístico aqui, que vou passar, inclusive, de distribuição de processos de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. No ano de 2011, na Vara, 129. Isso é só para vocês terem noção do número que realmente pode existir, mesmo sendo numa capital: em 2011, 129, na Vara; em 2012, 159; em 2013, 195, e, em 2014, até maio agora, 202.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora poderia repetir, por favor?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Posso sim. Vou fornecer.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora vai fornecer, mas só para...

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Então, vamos repetir. Em 2011, na Vara de Crimes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só existe uma Vara aqui?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Só existe uma Vara.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sediada no Município de Belém.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Especializada em crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Na realidade, nós temos 5 Varas. Nós temos a 1ª Vara, que trata da guarda, adoção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cinco Varas de Criança, de Infância e Juventude?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - De modo geral. Temos de ato infracional, três, e uma de atos... Em 2011, essa Vara recebeu 129 processos; em 2012, 159; em 2013, 195 e, em 2014, até maio agora, 202. Total de processos de 2011 a 2014: 684.

Esses dados foram extraídos do Sistema de Gestão de Processos Judiciais, o LIBRA, do Tribunal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas esses números são bem maiores? São o que virou processo? É isso?



A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Na capital.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na capital, que está notificado como processo.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - São os processos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora tem o percentual de responsabilização, do que gerou punições, responsabilizações?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Não. Eu não teria. Só tenho esses dados, porque eu não sou da Vara. Então, eu colhi os dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora pode levantar qual o nível de resolutividade?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Podemos levantar, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, a gente fica no aguardo.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Tenho a impressão de que a criação da Vara foi há 2 ou 3 anos; é recente, 2 anos. Vocês perceberam que, apesar de o número ser bem pequeno, ele vai crescendo durante os anos? Tanto que já temos 202 agora, até maio. Isso significa que, até o final do ano, teremos um número bem maior.

Quando eu estava na Vara da Infância e da Juventude, nós tínhamos uma preocupação que era a de que, quando a criança chegava até nós, onde ficam o promotor, o defensor e o juiz, era muito difícil essa criança falar; muito difícil.

Então, conversando com a nossa Presidente, descobrimos que o Rio Grande do Sul e outros Estados estavam fazendo um depoimento especial, que era exatamente um trabalho desenvolvido para que aquela criança se sentisse mais à vontade para falar. Por quê? Porque a criança dificilmente quer falar sobre o assunto. Então, nós fomos lá e assistimos. Hoje, esse depoimento especial já está sendo usado no Tribunal de Justiça, na Vara, para que essa criança possa realmente ter os devidos cuidados para poder falar o que aconteceu. E temos também um *folder*, que, se for do interesse, posso deixá-lo, porque realmente está muito bom.

Como nosso tempo já acabou, então...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa escuta, doutora, é do mesmo padrão lá do Rio Grande do Sul e que está sendo feita em Recife?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Sim, inclusive fomos ao Rio Grande do Sul e lá vimos todo o material usado, e como foi usado, para já podermos aplicá-lo aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu agradeço à Desembargadora Odete da Silva Carvalho a exposição.

Nós vamos receber o material ofertado, que nos será de bastante valia.

Quero agradecer a presença às representantes do PRO PAZ Integrado, a Débora Silva, a Lucianne do Socorro de Araújo, a Sílvia Campos Barbosa, a Márcia Roberta Martinez, Dulce Venturieri, Adriana Mendes Fernandez, e Brena Moreira Rothman. Também agradecemos a presença da Andreia Maria Ferreira Nascimento, da Associação dos Conselheiros Tutelares.

Passo imediatamente a palavra à Promotora de Justiça Leane Barros Fiúza de Mello, que aqui representa o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, titular da Promotoria da Infância e Juventude, do Ministério Público do Pará.

A SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO - Bom dia a todos e meus cumprimentos à Exma. Deputada Presidenta da Mesa.

Deputados aqui presentes, eu sou Promotora de Justiça há 22 anos, conheço este Estado do Pará e todas as suas regiões e, como membro da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores da Infância e Juventude, tive a oportunidade de também conhecer a realidade do restante do País em relação a essa problemática específica do abuso e da exploração sexual.

Aqui na Região Norte, existem alguns fatores de cunho antropológico determinantes da situação, por exemplo, da iniciação sexual precoce, sobretudo na região do Marajó, de acordo com pesquisa feita aqui, do ponto de vista científico, até pela tradição de algumas tribos com relação à iniciação das filhas pelos pais. E isso ainda repercute, infelizmente, na atualidade.

Então, o fator cultural de tolerância e de insensibilidade para a problemática é aqui algo extremamente preocupante. Quem trabalha nas comarcas do interior sente nitidamente o quanto a própria sociedade local se sente incomodada com atuação



daqueles que enfrentam e que buscam responsabilizar os agressores dessa população que é explorada.

Temos, então, um fator cultural de complacência com repercussão muito intensa na própria órbita jurídica. Muitas das vezes, os operadores do Direito têm dificuldade de vislumbrar essa problemática no campo processual como uma problemática diferenciada, e isso é algo que, no entendimento do Ministério Público do Pará, precisa avançar. Temos aí, então, um eixo de suma importância — e acho que o papel da Comissão de Direitos Humanos no primeiro momento é acima de tudo, o de mobilização e de sensibilização social para o problema, acima de tudo. Precisamos avançar nisso.

Como a Dra. Odete já colocou, nós tivemos, de alguns anos para cá, um avanço do ponto de vista da estrutura, dentro do Poder Judiciário, de apuração dos fatos, até pela implementação de atividades como o depoimento sem dano, na medida em que temos, do ponto de vista probatório, uma grande dificuldade de coleta mesmo de elementos materiais suficientes para uma sentença condenatória, na grande maioria dos casos pela fragilidade do depoimento das vítimas, que, em regra, vai sendo modificado ao longo das fases, desde a investigação até a fase processual propriamente dita.

Outro grande nó que eu reputo de importância no trabalho dos legisladores é do ponto de vista do aperfeiçoamento da legislação. Também nisso o Ministério Público vem se focando, em âmbito local e em âmbito nacional, sobretudo o Conselho Nacional do Ministério Público, que vem trabalhando na perspectiva da construção de políticas públicas de atendimento às vítimas. Então, é preocupante a impunidade dos agressores, e temos lutado contra isso. Mas, mais preocupante é deixar as vítimas entregues à própria sorte, como em regra acontece.

Elas recebem atendimento na fase investigatória, quando há todo um interesse. Mas, depois que o processo se instaura, muitas das vezes elas se perdem no destino de suas vidas. E é com esse ponto que, institucionalmente falando, o Ministério Público vem se preocupando, sobretudo com a sensibilização e capacitação de seus membros e com o aperfeiçoamento de nossas atividades.

A gente concluiu agora, recentemente, o primeiro curso de especialização em Direito da Criança e do Adolescente pela Escola da Magistratura, em convênio com



o Ministério Público e a Defensoria Pública. Foi uma experiência muito gratificante, além do público da Universidade Federal do Pará, que também celebrou o convênio.

A gente vai perceber, Deputado, uma nova geração de juristas, aqui na Região Amazônica, capacitados e sensibilizados para enfrentar essa problemática. Eu tenho certeza de que, com a multiplicação desse conhecimento, a gente vai conseguir avançar ainda mais.

Nós temos também, do ponto de vista institucional, o acompanhamento do Ministério Público na construção do novo Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual no Estado — o Ministério Público acompanha isso de perto — e a atuação do Ministério Público junto ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente na discussão e deliberação das políticas públicas nessa seara.

E, no âmbito do MP, nós temos uma Promotoria Especializada também na apuração de crimes contra crianças e adolescentes. Há 12 cargos, atualmente, nessa área especializada. Então, existe uma preocupação em investimento no âmbito das políticas internas nessa área.

Eu fico à disposição da CPI para enviar os documentos que V.Exas. requisitem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora poderia disponibilizar para a CPI essa pesquisa. A senhora falava de uma pesquisa de cunho antropológico...

A SRA. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO - Não, a isso eu me referi, porque no meu mestrado eu pesquisei direitos humanos e proteção à criança e ao adolescente. Então, eu tive muita leitura não só da área jurídica, como da área sociológica, da área...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas isso não está formatado.

A SRA. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO - Mas eu não tenho. Eu me referi a isso porque eu tenho conhecimento já da pesquisa do mestrado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Então, o que a senhora puder disponibilizar para a CPI, da atuação, de material, de cartilhas, enfim, seria importante.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de falar. Eu gostaria de pedir aos Promotores e Desembargadoras que pudessem fazer uma carta de recomendação à CPI. Nós estamos pedindo isso em todos os Estados. Nós gostaríamos de ter do Estado do Pará. É importante ter o Congresso Nacional a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente. Se vocês puderem fazer essa carta...

A SRA. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO - Podemos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Para o Presidente da... Para a CPI e para o Presidente da Câmara dos Deputados.

A SRA. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Obrigada.

Eu vou passar, então, a palavra para a Dra. Anelyse Santos de Freitas, que é Defensora Pública Titular da 2ª Defensoria Pública de Direitos Humanos da Capital, representando aqui o Defensor Público Geral, Luis Carlos de Aguiar Portela.

Com a palavra, portanto, a Dra. Anelyse.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Bom dia a todos e a todas! Eu quero saudar todos os representantes aqui da Mesa, em nome do Deputado Jordy, que é um grande militante. Realmente, como ele bem colocou, fez um grande diferencial em nosso Estado em relação a essa temática.

Quero saudar todas as pessoas que estão aqui, em nome da Irmã Henriqueta. Eu acho que é uma grande lutadora, representando os movimentos e a sociedade civil. É uma honra, Irmã, sempre estar aqui com a senhora.

Em relação ao que podemos contribuir como Defensoria Pública, que é a instituição que tem como finalidade constitucional a garantia da defesa dos direitos das pessoas vulneráveis, das pessoas hipossuficientes, nós temos a dizer que a Defensoria, há mais de 8 anos, vem trabalhando na especialização de defensores na área de atuação da criança e do adolescente.

Então, nós criamos primeiramente, em 2005, o Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e no Adolescente, que faz não só o atendimento da questão do ato infracional, mas, sim, da garantia das crianças expostas à vulnerabilidade, ao risco. Então, nós unimos os colegas num trabalho especializado nessa área. E também compõe hoje o NAECA o defensor que atua nessa vara de



crimes especializados. Mas, tendo a repercussão, já que nós tivemos... Inclusive no NAECA também temos uma equipe multidisciplinar que facilita, que dinamiza o trabalho dos colegas na garantia da defesa. Essa perspectiva e esse serviço tiveram uma eficácia, e, por conta disso, nós conseguimos levá-lo ao interior.

Hoje, então, a Defensoria tem vários NAECAs no interior, defensores especializados em referência. Já no interior tivemos uma dificuldade muito grande, Sras. Deputadas, em relação à equipe técnica. Com certeza, o NAECA no interior não tem a mesma abrangência, a mesma repercussão, a mesma referência. Isso é algo que nós estamos buscando. Fizemos um concurso público já, mas ainda não conseguimos alcançar... E ainda fazemos, em parceria com as prefeituras... Mas sabemos que isso não é o melhor. E, muitas das vezes, quando nós temos um Poder Executivo Municipal comprometido, fazemos um grande trabalho, mas, quando não o temos, ficamos à mercê. Então, realmente, isso é algo que eu quero deixar aqui. Mas, fora isso, nós...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos defensores há aqui no Estado?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Duzentos e sessenta e sete.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Duzentos e sessenta e sete. E quantos nessa área especializada da criança?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Na área específica da criança, hoje, aqui em Belém, nós somos seis. No interior, eu não tenho como lhe dizer atualmente. Mas eu posso... Esses dados que são de interesse da Comissão eu posso solicitar. Como eu coloquei, hoje eu sou titular de uma Defensoria de Direitos Humanos. Nós temos o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, e eu sou titular da 2ª Defensoria. Então, não tenho hoje especificamente os dados do NAECA e da área da criança. Também conseguimos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas, quantas comarcas há aqui, em atuação judicial? Quantas?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Eu acho que são, doutora...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Há em todos os Municípios, não?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Doutora, quantas comarcas nós temos hoje no Estado do Pará?



A SRA. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO - (*Fora do microfone*) Duzentos e oitenta e dois.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Duzentos e oitenta, mais ou menos.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Nós temos um número insuficiente de defensores públicos, sobretudo na região do Marajó. Hoje, nós temos três colegas que são árdus em vencer aquela região do Marajó, que sabemos que não conseguem.

Já foram realizados, nos últimos 6 anos, três concursos públicos; foram chamados todos os defensores habilitados. E está agora sendo feito um novo concurso, mas nós estamos numa grande discussão orçamentária, para que a gente possa fazer frente... E a gente inclusive pede o apoio da Comissão nesse sentido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Defensoria é autônoma aqui?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Ela é autônoma, ela tem autonomia financeira e administrativa, mas o nosso duodécimo hoje é 1,64. Então, para o Ministério Público, que tem quase 6, e para o Judiciário, que tem quase 10, a senhora imagina o quanto nós não temos como fazer frente, dignamente, dar garantia de acesso à Justiça pelas pessoas hipossuficientes. Mas entendemos que, diante desse cenário, muito nós já caminhamos, porque, há 8 anos, nem autonomia nós tínhamos.

Então, dentro dessa busca para se especializar defensores públicos na atuação da garantia de direitos humanos, também foi criada na Defensoria o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que conta com três colegas titulares — eu e mais dois outros colegas. E a temática não só da exploração sexual, como do tráfico de pessoas, é então tratada nesse Núcleo. E eu sou a defensora referência. Nós tratamos as temáticas de direitos humanos de forma dividida, e essa temática... E eu pude, então, após essa definição, participar das reuniões que estão tratando da elaboração, da revisão do nosso Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual, mas também da elaboração e da revisão do Plano estadual da questão do controle do tráfico de pessoas.



Também temos, como a Dra. Leane bem colocou, especializado... Terminou agora a especialização de defensores nessa área da criança e do adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, aqui há um Plano de Enfrentamento no Estado?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Está sendo desenvolvido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nunca houve?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Está na fase final...

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Está na fase final já de elaboração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, não! Mas, veja...

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Houve um... O que eu sei da história é que houve um em 2010, não é isso? Em 2010, e não foi implementado. Eu, particularmente, nas reuniões em que pude estar... Hoje, nós estamos conseguindo a participação não só da Defensoria, mas do Ministério Público — do Judiciário não sei bem... Mas está muito no âmbito da sociedade civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você viu, em 2010... Foi no outro Governo?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí neste Governo não há Plano?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Não! E aí agora, está se desenvolvendo um novo ou se atualizando esse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há quanto tempo está em discussão esse Plano?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Eu participei este ano e no ano passado. Não sei se antes ele existia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Dois anos.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Dois anos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está há 2 anos em discussão o Plano?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - É uma revisão, não é?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, não há Plano em funcionamento, em execução?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ele está em funcionamento?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Ele está sendo revisado. Foi o que eu entendi. Eu comecei a participar ano passado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, não há plano em funcionamento?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Eu acredito que o que está sendo revisado ainda é válido. Eu acredito que está sendo revisado, mas o anterior é válido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja: uma coisa é você ter um plano aprovado; outra coisa é você ter um plano em funcionamento, que ele esteja... Se você está revisando um plano — só para eu entender, porque isso é importante para a gente —, se você está revisando um plano, significa que ele não está sendo implementado. Um plano implementado tem prazos de avaliação, acompanhamento, cobrança de responsáveis. Isso está acontecendo?

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Pelo que eu entendi, foi feita uma revisão no Plano Nacional e, por conta dessa revisão do Plano Nacional, está sendo revisto o Plano Estadual.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Anelyse, deixe só eu dar uma informação. Erika, é o seguinte: há um plano que foi projetado por decreto. É um plano decretado, o que era uma exigência. E esse plano, há 2 anos, está sendo objeto de atualização, de ampla discussão com a sociedade civil, com os segmentos, com os atores institucionais e sociedade, para se fazerem os ajustes com alguma legitimidade, porque o Plano que está aí é fruto de um decreto, sem discussão, sem nada, entendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Então, veja: mas há 2 anos está sendo revisado um plano. Portanto — foi dito aqui, não? —, há 2 anos que está em processo de revisão um plano.



A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Mas com uma ampla participação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu não duvido. É importante que os planos sejam revisados. Mas o plano tem que ser revisado e tem que ser implementado, porque tem que haver ações. Se ele está em discussão, as Secretarias...

Eu vou lhe passar a palavra depois e pedir à Dra. Anelyse para concluir.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Eu encerro, então, dizendo que nós também temos interesse na criação desta Comissão Permanente, da questão da criança e do adolescente, e vamos encaminhar também o referendo da Defensoria para isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

Eu vou passar então a palavra para o Dr. Ricardo Washington Moraes de Melo, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB do Pará, para que possa fazer uso da palavra e, se puder, tentar esclarecer essa discussão do Plano, inclusive se o conjunto das Secretarias está participando do Plano, porque às vezes você tem um plano que está em ampla discussão com a sociedade civil, mas como é que está a participação do Estado?

A Secretaria de Educação, que é absolutamente fundamental, está participando de forma ativa? A Secretaria de Educação é fundamental, porque ela indica políticas de prevenção. Nenhuma política pública será eficiente se não tivermos uma educação eficiente.

Então, com a palavra o Dr. Ricardo Washington Moraes de Melo.

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Bom dia a todos os presentes aqui na OAB! É uma satisfação a gente receber mais uma vez aqui nesta Casa várias representações dos setores públicos, da sociedade civil. É uma honra recebê-los.

Quero agradecer a presença da representante do Ministério Público, do TJE, da Defensoria, da Câmara Federal, que veio aqui no Belém, no Pará, do PRO PAZ e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, da ALEPA, de todos os órgãos



importantíssimos na atuação dessa rede, que é uma rede ampla de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

A gente depende da nossa atuação individual, mas da atuação dos outros também. É importante essa articulação cada vez mais consolidada, que nos foi colocada a partir de 1988, com a Constituição Federal. Precisamos cada vez mais amarrar essa rede, que por ora está puída, ou está rompida. É preciso amarrar mais essa rede.

Antes de entrar no Plano Estadual, no qual a OAB tem participação de representação, mas também pelo Conselho Estadual, onde nós temos cadeira atualmente no Conselho Estadual e com a sociedade civil, só quero colocar que a questão da exploração sexual, do abuso sexual é muito forte no Estado do Pará.

Acho que todos os Municípios do Estado do Pará têm sérios e constantes casos de abuso e exploração sexual. Daqui a pouco a Comissão Federal vai para o Marajó, que é uma das situações mais terríveis do Estado do Pará, quem sabe do Brasil e até do mundo. Precisamos urgentemente dar soluções para o que acontece em Marajó. Mas, no caso de Belém, também há situações seriíssimas, complicadíssimas, na Capital do Estado, uma das metrópoles da Amazônia, porta de entrada para várias situações — e temos situações gravíssimas.

Temos uma região portuária, como a maioria das cidades do Pará e da Amazônia. Hoje, nas cidades portuárias, acontece todo tipo de exploração, nas áreas ribeirinhas, e temos essa problemática também em Belém.

Para exemplificar, no ano passado, em novembro, a OAB fez um relatório de visitas aos Conselhos Tutelares de Belém, que atualmente somos sete. Para exemplificar, o Conselho central, que cobre o plantão da cidade de Belém que fica no Bairro Marambaia... Os dados de exploração sexual foram 318 no ano de 2013; 318 casos em Belém atendidos por um Conselho Tutelar que atende cerca de 10 bairros. Fica no meio da cidade mesmo, mas atende o plantão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um conselho tutelar recolheu quantas denúncias?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Trezentos e dezoito casos de violência sexual.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Trezentos... Em que período?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Em 2013.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 2013.

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Em 2013. Eu vou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E este Conselho Tutelar tem como referência quantas famílias, são quantos habitantes nesta região?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Acho que são mais ou menos 10 bairros e atende o plantão. Em Belém, temos dois Conselhos Tutelares que atendem o plantão noturno e nos finais de semana.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos Conselhos Tutelares são em Belém?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Apenas sete.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em Belém sete. E, no Estado do Pará, o senhor sabe?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Não tenho esse... Mais ou menos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quantos Municípios no Estado do Pará?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Cento e quarenta e quatro Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos os Municípios têm Conselho?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Eu acho que 143, porque Mojuí dos Campos, que se desmembrou de Santarém, no oeste do Pará, ainda não tem Conselho Tutelar nem de Direito, mas todos têm Conselho Tutelar. Acho que a Nazaré, do Conselho Estadual, pode esclarecer um pouco mais essa informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Você disse que foram 318 casos de abuso sexual aqui na Capital.

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Em um Conselho Tutelar de Belém.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De Belém... Mas aí os que viraram processos foram 158 no Estado inteiro, no ano de 2013.

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Isso. A gente não sabe o andamento, o que aconteceu com cada caso. Isto foi em apenas um Conselho Tutelar de Belém, e este Conselho Tutelar atende o plantão aqui da Capital, certo?

De mais ou menos 500 casos atendidos num ano, 318 foram de violência sexual por um Conselho Tutelar de Belém. E aí a gente chega ao Conselho Tutelar... Já abri essa discussão também sobre a fragilidade do atendimento, em Belém, do Conselho Tutelar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No Estado todo foram 202 processos. Então, quer dizer que os outros não viraram nada. O inquérito morreu na praia.

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - É. Não teve procedimento, não teve nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - (*Fora do microfone*) Cento e noventa e cinco.

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Por essa análise, não. Temos sete Conselhos Tutelares em Belém, e apenas um atestou mais ou menos 300 casos.

Sobre o Plano Estadual, o que nós atestamos nesta semana? Dia 18 de maio, domingo, Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual... Também está a proximidade do dia 12 de junho, que é o Dia de Combate ao Trabalho Infantil. E a exploração sexual é uma das piores formas de trabalho infantil — é importante registrar isto.

A gente estava até numa corrida de fechar o Plano estadual, porque a primeira versão ficou apenas no âmbito da Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos — SEJUDH, ainda na gestão anterior do Governo do Estado, só que este Plano não passou pelo Conselho Estadual para aprovação e apreciação. A partir daí, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência se rearticulou, novas pessoas assumiram a discussão.



Havia inclusive no Estado do Pará um comitê interinstitucional dentro do Governo do Estado só para discutir esta questão. Como existia o comitê que era composto pela sociedade civil e também por algum representante do Governo, do poder público, desfez-se o comitê institucional, e tudo se uniu no comitê. O comitê, recentemente, nessas discussões, definiu cinco eixos do Plano estadual, só que atestamos algumas problemáticas dele: o funcionamento no dia a dia, a participação da sociedade ainda está muito enfraquecida, a entidade da sociedade civil não tem tido, na sua maioria, a força, a possibilidade de ter pessoas participando diretamente do Plano.

Hoje o ponto focal está com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA Emaús. E o próprio CEDECA tem dificuldade de acompanhar todo esse andamento da articulação do Plano.

Quanto aos órgãos do Governo do Estado, nós lamentamos duas ausências fundamentais: uma é da Secretaria de Educação. Eu até comentava com o Deputado Carlos Bordalo sobre a ausência da SEDUC de vários espaços de discussão neste período deste Governo atual. A SEDUC está ausente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Apesar de ter assento lá, muitas assembleias não são informadas, e retorno não é dado ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Só para ilustrar, pedimos pauta sobre o Pacto pela Educação, do Governo do Estado, para se representar no Conselho Estadual, e a SEDUC não deu nenhuma justificativa de por que não foi.

E na área da exploração sexual também a SEDUC está totalmente ausente. Em alguns espaços do trabalho infantil a SEDUC também está totalmente ausente, em alguns espaços que a gente pode averiguar.

E a outra ausência é da Secretaria de Turismo, porque o debate do turismo sexual também é muito forte aqui no Pará. Temos reuniões praianas, praias de rio, praias de oceano...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ricardo...

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - E, só para concluir, Deputada, a ausência da Secretaria de Turismo também é muito forte na colaboração para esse Plano. E todos esses aspectos têm impedido o Plano de ser



colocado para aprovação no Conselho Estadual, por conta da falta de conclusão desse Plano.

Para concluir, o Plano não está em funcionamento, nunca esteve em funcionamento. E a gente espera que ocorra ou se fortaleça o compromisso de todos — representantes do Estado, Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil — para a efetivação e implementação desse Plano. Esse é o recado que nós, da OAB e integrantes do Conselho Estadual e também da sociedade civil, deixamos.

Estes são, principalmente, os dois pontos: a atuação do Conselho Tutelar e o não funcionamento do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual.

Obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Espere aí, Ricardo. Deixe-me fazer duas perguntas. Em primeiro lugar, sobre essa questão do Conselho Tutelar e, depois, do turismo sexual.

Foram 318 casos de abuso sexual. A que você atribui isso? Por que esses casos não viraram inquérito, não viram processo, já que foi entregue pela Desembargadora um total de casos que viraram inquérito, no ano de 2013, de só 158. A que você atribui? O que acontece? Falta de estrutura?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Cento e noventa e cinco.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, 195. Faço a correção.

Nessa questão, que Conselho foi esse? Você tem o Conselho? Quais bairros ele representa?

E outra coisa: nessa questão do turismo sexual, nós temos denúncias de que saem em redes... Foi apontado na CPI em que o Deputado Arnaldo Jordy e o Deputado Estadual Bordalo... Eles detectaram que há uma rede de exploração que vai do Amapá ao Oiapoque, levando meninas para Fortaleza, Salvador e para outros Estados do Nordeste.

O que você tem a acrescentar nessa questão do turismo sexual? O que foi feito? Quando essa CPI fez esse diagnóstico, quais foram as medidas que a Secretaria de...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - São 72 rotas.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São 72 rotas do turismo sexual. O que foi feito pela Secretaria de Turismo Sexual daqui? O que vocês trabalharam em relação a isso?

Ou eu faço a pergunta à Mesa, porque a Mesa tem que esclarecer? Perguntei a você porque tocou nesse ponto, dizendo que está dentro do Plano isso, não é?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Vou focar mais especificamente o nosso relatório, que eu vou inclusive entregar a vocês. Posso manda-lo por *e-mail*.

Em Belém, temos atualmente sete Conselhos Tutelares para uma população de 1 milhão e 200 mil ou 1 milhão e 400 mil habitantes. Inclusive, isso está fora do padrão do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, pelo qual a cada 100 mil habitantes se deve ter um Conselho Tutelar. Em Belém temos apenas sete. E a Prefeitura está com um processo de eleição agora, para junho. Inclusive não concordamos com essa eleição em junho de 2014, por conta da própria mudança no mandato do Conselho Tutelar em todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Prorrogação, prorrogação...

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Isso, da prorrogação.

A Prefeitura de Belém vai fazer um processo para a Central de Belém agora, para o oitavo Conselho, mas o próprio CONANDA orienta que não haverá eleição este ano, só a unificada, em 2015, porque agora o mandato do Conselho Tutelar vai ser de 4 anos.

Mas com essa eleição este ano nós da OAB e o Conselho Estadual não concordamos. Inclusive a gente está tendo uma discussão com o MP, para ver como a gente incide junto à FUNPAPA para suspender esse processo, embora haja a articulação na semana que vem.

Em Belém, temos sete Conselhos Tutelares. Esse que faz o plantão de toda a cidade, pelo menos dessa parte maior da cidade, vamos colocar assim, é do DAENT — Distrito Administrativo do Entroncamento, que fica no Bairro da Marambaia, na Avenida Tavares Bastos, próximo ao Entroncamento, onde há um complexo viário. Ele atende aos Bairros Marambaia, Castanheira, Souza e Curió-Utinga. Na verdade, são cinco bairros, mais ou menos: Marambaia, Castanheira, Souza e Curió-Utinga.



Mas acaba que, por ser plantão, no final de semana e à noite, ele concentra tudo. Na região metropolitana, acabam indo para lá também casos etc.

Sobre a não judicialização nesse caso, eu acho que é realmente o contrário dessa rede, que a gente atestou também no nosso relatório. Eles já apontaram que um dos principais contatos do Conselho Tutelar é o CIEPAS — Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial, da Polícia Militar; é o PRO PAZ, é a Defensoria. Esses são os principais contatos do Conselho Tutelar. Mas, mesmo assim, esse fluxo de formação do processo, para se averiguar realmente se houve abuso ou exploração sexual, essa averiguação é que, às vezes, é o complicador, é receber a denúncia e averiguar se essa denúncia foi...

A estrutura dos Conselhos Tutelares hoje em Belém é muito ruim. É péssima. Recentemente, o Governo Federal concedeu, por meio da Secretaria de Direitos Humanos — SDH, alguns carros, não sei se equipamentos também. Mas, em termos de estrutura, a maioria dos Conselhos Tutelares tem uma estrutura bem deficitária. A gente ia pôr isso no nosso relatório. E, voltando, a gente tem uma região ribeirinha também, em Belém, regiões praianas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Doutor Washington, esse relatório é sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - É, em Belém, que é ponto de exploração sexual e outras violações de direito. Não é específico sobre a exploração sexual, mas sobre a violação de direito.

Por exemplo, a gente tem uma praia muito frequentada aqui em Belém, que é a Praia do Outeiro, e o Conselho Tutelar de lá por muito tempo ficou sem telefone, sem Internet, sem computador. E todo dia há exploração sexual, há abuso sexual em Outeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Sistema de Informação para Infância e Adolescência — SIPIA está aqui?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Está em processo de implementação, mas ainda com alguma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há quanto tempo?

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO -... não adesão de alguns Conselhos de Direito. E alguns Conselhos Tutelares não querem aderir ao



SIPIA ainda, mas a gente está em processo, inclusive o Conselho Estadual, de consolidar a implantação do SIPIA no Pará.

E, sobre a questão do turismo, eu não tenho maiores informações, mas a gente vê que não houve uma ampla divulgação, uma ampla incidência do Governo em relação a essa temática. Até no ano passado, no outro ano, a Associação Brasileira de Hotéis tinham uma participação muito boa no Comitê. Faziam eventos específicos, campanhas de portas fechadas sobre exploração sexual, inclusive em parceria com o PRO PAZ. Mas eu acho que neste ano deram uma diminuída nessa atuação. Aí a gente precisa averiguar isso.

E, neste ano, a SETUR — Secretaria de Turismo não tem participado desse processo. Acho que outros poderiam colaborar ou até se contrapor, colocar a posição de como está essa participação do crime sexual aqui no Pará, em Belém.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vou dar um aparte à Dra. Anelyse, que o pediu.

A SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Essa questão dos Conselhos Tutelares foi muito bem colocada pelo colega da OAB. É uma preocupação muito grande do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos. E nós estamos desenvolvendo agora — já fizemos em Santarém e Altamira — uma formação em Direitos Humanos para conselheiros tutelares. E isso já vem sendo solicitado, seja pelos Conselhos, seja pelas Prefeituras, e nós vimos participando. Recebemos os convites e nos deslocamos. E tem sido de grande valia, porque eu entendo que a primeira porta que a gente pode fortalecer é a dos Conselhos Tutelares. Acho que é um mecanismo muito importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, doutora.

Vamos passar a palavra, então, agradecendo ao Dr. Washington, para o representante do Executivo aqui nesta Mesa, que pode inclusive esclarecer o que foi dito aqui sobre ausência da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Educação nesse processo de discussão.

Então, passo a palavra para o Dr. Jorge Antônio Santos Bittencourt, que é Coordenador-Geral do PRO PAZ.



O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- Bom dia, Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam Sá, Deputado Arnaldo Jordy, Deputado Carlos Bordalo e todos que estão aqui compondo a Mesa, todos os presentes nesta reunião.

Sou Coordenador do PRO PAZ, que é um programa articulador de políticas públicas. Desde sua fala inicial — vou falar do Estado do Pará —, cada região possui uma característica diferente, uma peculiaridade, como a Promotora expôs a questão do Marajó.

Desde 2012 nós vemos o PRO PAZ enfrentando o Governo do Estado. A questão do sub-registro no Marajó era e ainda é grande, e isso leva esses jovens, essas famílias que não têm acesso aos programas sociais a se submeterem à situação de violência, muitas delas.

O PRO PAZ Integrado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor falou de sub-registro civil?

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT - Sub-registro de nascimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De nascimento. Qual é o sub-registro?

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- A certidão de nascimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Mas qual é o percentual que se estima?

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- Nós temos em torno... O maior índice do Estado do Pará é direcionado ao Marajó. As famílias não têm acesso. Nós temos escolas do ensino fundamental, como no Município de Melgaço, que ainda tinham um elevado número de alunos sem o registro de nascimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor tem números, ou não?

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.



O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- O PRO PAZ Integrado é um programa que atende a crianças vítimas de violência sexual, hoje localizado em oito regionais do Estado do Pará.

Como a senhora ponderou em relação às grandes obras, à questão de Altamira, nós ainda nem inauguramos a unidade e já estamos fazendo atendimento de vítimas na nossa unidade.

O programa atende a um protocolo em que a vítima é primeiro acolhida por assistentes sociais e por psicólogas e depois passa pelo procedimento médico.

E aqui também queria aproveitar e convidar a nossa Coordenadora Eugênia para, depois, falar do programa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eugênia, chegue aqui para falar.

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- Eugênia Fonseca, Coordenadora do Programa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Queria que a senhora pudesse acrescentar. A senhora é também do PRO PAZ, não é?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Bom dia a todos. Bom dia, Deputada Erika Kokay, em nome de quem cumprimento toda a Mesa.

Sou Coordenadora do PRO PAZ Integrado, que foi fundado no ano de 2004, em novembro, e, desde essa época, vem registrando atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nesses atendimentos, nós já temos registrado, desde essa época, 11 mil casos de vítimas de violência sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Onze mil casos em todo o Estado?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Em todo o Estado, porque ele era o único...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse número é de qual recorte cronológico?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - De 0 a 18 anos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em quantos anos?



A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - De 2004 a 2013, abril de 2013.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nesses últimos 11 anos.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Onze mil casos registrados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É quando se inaugurou ou se criou o PRO PAZ? Na história do PRO PAZ?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Em 17 de novembro de 2004, foi inaugurado. Vai completar 10 anos de existência.

Esse serviço foi criado justamente com a finalidade de reduzir a revitimização dessas crianças, porque elas percorriam diversas instituições distanciadas geograficamente. Então, reuniu-se...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essas crianças... A porta de entrada é onde? O Conselho Tutelar?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Hoje, a porta de entrada é o Conselho Tutelar, que nos traz essas vítimas para serem acolhidas. Atendidas, são acolhidas pelo serviço social. A partir daí, é feito um acolhimento com um instrumental técnico. Temos acolhido todas as informações, que são repassadas para a nossa delegacia.

Ele é formatado assim. Temos a equipe biopsicossocial com pediatras, ginecologistas, peritas, assistentes sociais, psicólogas, equipe administrativa e equipe de enfermagem. O serviço é feito num único espaço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos foram atendidos em 2013?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Em 2013, temos aqui... Brenda, ajude-me. Eu tenho os dados aqui, que eu trouxe. Posso lhe repassá-los.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora pode tirar cópias e deixar conosco?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Podemos, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas quanto foi o de 2013? Só para termos uma noção.



A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Brenda, qual foi o quantitativo de 2013? Por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse PRO PAZ está dentro do SUAS?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Ele é executado através do sistema de saúde, do SUS, porque o foco principal é cuidar da saúde física e mental.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E qual é a relação dele com o Sistema Único de Assistência Social — SUAS?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - O SUAS? É que nós fazemos parte da Rede. É o Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS e o Centro de Referência de Assistência Social — CRAS sendo nossos apoiadores. Assim, nós temos a articulação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas diga concretamente, qual é a relação do PRO PAZ com o CREAS?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Com o CREAS são os encaminhamentos, porque eles são a nossa retaguarda. É recíproco: eles atendem lá as situações que chegam e as encaminham ao PRO PAZ, porque nós temos o foco diferenciado, que é realmente fazer esse atendimento médico que é preconizado pelo Ministério da Saúde, de acordo com a norma técnica. Lá precisam ser monitoradas as questões das DST, do HIV e do atendimento psicológico. Existe esse contato permanente com o CREAS. E nós inserimos essas crianças e adolescentes nos programas através do CRAS e do CREAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero que a senhora me explique o seguinte: a mesma criança que é atendida pelo CREAS é atendida pelo PRO PAZ ou não?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Sim. Muitas vezes, é, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês atendem conjuntamente?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Exatamente, porque, no PRO PAZ, ela é acompanhada pelo atendimento médico, que exige o prazo



mínimo de 1 ano, através do Ministério da Saúde. E o CREAS faz o acompanhamento psicossocial. E também nós temos, através do PRO PAZ, a questão dos inquéritos policiais, dos procedimentos legais.

Então, as vítimas são, paralelamente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O PRO PAZ atende só crianças e adolescentes ou não?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Só crianças e adolescentes. A partir de 2012, houve uma expansão para o atendimento de mulheres adultas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vítimas de violência sexual ou de qualquer tipo de violação?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Em alguns núcleos, já temos outras violações de direitos. O específico à violência sexual ficou apenas no hospital da Santa Casa, mas todos atendem violência sexual e as demais violências. Mas o índice maior...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos os núcleos. Quantos núcleos existem?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Oi?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos núcleos existem?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Núcleos? Temos dois em Belém: um no hospital da Santa Casa, outro no Centro de Perícia Científica Renato...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não precisa. Doze em Belém e quantos no interior?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Nós temos em Altamira, Tucuruí, Santarém, Bragança.

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- Paragominas.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - E agora vamos ter, em breve, um núcleo que vai ser...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos profissionais tem o PRO PAZ?



A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Uma média de 34 profissionais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Quais as especialidades?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Entre delegados, escrivães, investigadores, assistentes sociais, psicólogos, médicos, peritos, enfermeiros e equipe administrativa de apoio. É um serviço interdisciplinar e interinstitucional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Trinta e quadro divididos por esses 11 núcleos?

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT - Em cada unidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em cada unidade.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Em cada unidade, nós temos essa quantidade de profissionais, onde a criança não fica mais exposta. Ela não peregrina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, ela tem também um convênio com a Secretaria de Segurança?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Investiga também.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Sim, através da Polícia Civil. Temos uma delegacia especializada, que é o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente — DEACA, que está vinculado à Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis — DAV, que é direcionado pela Delegada Simone.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora pode nos fornecer uma cópia desse...?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Pois não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Em 2013, só de violência sexual, nós temos 1.749 casos registrados nos nossos núcleos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é. E só tem 122 processos judiciais...



A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Pois é. Eu estava ouvindo isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Menos de 10%.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Mas com inquéritos instaurados e encaminhados, todo um procedimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é. É um nível de resolutividade, do ponto de vista da responsabilização, muito pequeno, não é?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Exatamente. Eu acho que nós precisamos também rever...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês têm 1.900, e só 192 deram entrada no Poder Judiciário?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Pois é. O que percebo é o seguinte: nós temos uma Vara de Crimes contra a Criança. Nós sabemos que essa Vara de Crimes contra a Criança atende a todas as violações de direitos de crianças e adolescentes; a maioria é de crimes sexuais. Só que acho que, uma vara, hoje, na realidade que nós vivemos, não atende às necessidades do nosso Estado.

Esse é um caso que discutimos muito no Comitê, porque o PRO PAZ Integrado faz parte do Comitê Estadual, onde nós estamos fazendo a revisão do Plano Estadual, que existe, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nossa, estou muito impressionada com isso. São 1.900 pessoas atendidas.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - São 1.749 nos nossos núcleos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E 195 apenas deram entrada apenas no Poder Judiciário?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Agora, esse registro é só de Belém, Dra. Odete?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - É só de Belém.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Só de Belém.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Mas eu queria dizer o seguinte...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais grave ainda, né?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Pois é. É isso o que estou falando com a Dra. Odete, que é só o registro de Belém, não é?

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Pois é, esse registro é registro de Belém. Nós não temos... Eu não trouxe do Estado do Pará. Vocês estão falando do Estado do Pará como um todo.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Do Estado do Pará, exatamente.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Porque eu queria esclarecer o seguinte: se os processos chegassem até o Poder Judiciário, aqui na Capital, eles seriam registrados. Vamos supor que, sendo só uma vara, o juiz não desse conta por ter outras coisas a fazer.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Exatamente. É a isso que eu estou querendo me referir.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Mas, se chegasse, seria registrado. Poderia até não se dar o andamento que nós gostaríamos, mas seria registrado. E esse número estaria aqui: *"Existem tantos mil processos."* Você está entendendo?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Entendi.

A SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO - Então... Por isso é que eu estou realmente tentando entender, porque aqui nós trouxemos o número de processos registrados, e não julgados.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Entendi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, o seu argumento não procede. A Desembargadora esclareceu por que ela não está falando. Ela vai, depois, passar para nós o nível de resolutividade do Poder Judiciário, que a gente não tem. Isso aqui foi registrado.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Entendi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os processos estão chegando ao PRO PAZ, e não estão caminhando para desaguar no Poder Judiciário. Você tem como saber quantos foram os atendimentos de Belém? Belém é a maior parte, pelo que eu vejo.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem que ter a Delegada também, para falar.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Delegada Simone, por favor.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Delegada Simone, para falar o porquê também de essa questão ter 318 denúncias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos fazer o seguinte: primeiro a senhora conclui sua fala e o senhor também, Sr. Bitencourt. A senhora conclui fala, e eu passo a palavra para a Delegada e depois a passo para a Dra. Maria de Nazaré.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Certo. Então, é assim: o nosso trabalho é esse, que a gente desenvolve. Além dessas ações de atendimento, nós temos as ações de prevenção. Nós focamos especialmente as escolas, porque é lá que estão as vítimas, que são alvo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que vocês fazem na escola? Vocês capacitam os professores?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Palestras, capacitação, projetos de sensibilização dos professores, para se tornarem agentes de proteção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem algum programa de capacitação? Não é sensibilização. De capacitação de professores?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Temos, de capacitação de professores em parceria com a SEDUC. Hoje nós estamos com uma equipe na escola...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é esse programa? A senhora pode nos passar?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Podemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a carga horária do programa?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Posso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a carga horária da capacitação?



A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - São dois dias de capacitação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dois dias?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - É, porque, assim, nós precisamos, em primeiro lugar, Deputadas, de sensibilizar a comunidade escolar para essa questão. Nós sabemos que os professores ainda estão muito arraigados naquela cultura da educação de ensinar o Português e a Matemática, digo assim. E esses temas transversais não eram muito discutidos, porque se sabe que discutir violência sexual é muito novo, é muito recente. Então, isso é um processo que foi inserido há uma década, vamos dizer, quando nós começamos a trabalhar junto. Lembro-me da Dra. Odete, que era a nossa grande parceira, não é, Dra. Odete? E a gente trabalhava junto nesse processo.

Então, isso é uma mudança de percepção, uma mudança de valores, uma mudança de linha de atuação das escolas, de inserir outros temas. E esta é uma das metas nossas: fazer com que se consiga — “conscientizar” é uma palavra muito forte — sensibilizar minimamente os professores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por exemplo, esta cartilha aqui. Qual é o público-alvo dela?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela está indo para crianças e adolescentes. Qual é o responsável técnico? Eu não estou vendo aqui. Quem foi o responsável técnico que elaborou essa cartilha?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Nós, em colaboração com essa editora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está aqui. Está aqui.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - PRO PAZ Integrado e a Editora Cidadania.

Essa cartilha é para que essas crianças aprendam a se defender, a se proteger. Existe a questão da pedofilia muito intensa no nosso Estado, e elas precisam saber quem é aquela pessoa, o toque, a diferença do toque, o bom toque,



o mau toque. Então, tudo isso é falado para essas crianças, que são o nosso alvo principal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem fala? São os professores?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Nós, primeiro, capacitamos os professores. Fizemos o lançamento, em algumas escolas já, dessas cartilhas. E os nossos técnicos — a maioria deles está presente aqui — é que vão às escolas, junto com os técnicos da SEDUC, para levar esse tema para ser discutido e deixar distribuído nas escolas, na biblioteca das escolas, para que se comece a fazer uso desse material.

Nós temos o PRO PAZ Itinerante. Através de um veículo adaptado, vão a alguns Municípios distantes em que a população não tem acesso, levando delegado, uma equipe policial, assistente social e perito, para que se desloquem para alguns Municípios, quando nós recebemos muitas vezes denúncias diretas, para irem lá e fazerem o atendimento dessas pessoas que não conseguem se deslocar, porque a acessibilidade do Estado é difícil. E nós queremos promover o maior número de pessoas atendidas. Nós queremos garantir que esse direito seja redimensionado no Estado do Pará. É a nossa intenção.

Enquanto articuladora, nós estamos nessa luta há muitos anos. Toda a nossa equipe aqui presente está nessa luta há muitos anos. Temos um protocolo que foi elaborado com a parceria do UNICEF. Então, o nosso empenho é muito... E os nossos parceiros são inúmeros: Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, CEDECA, Rádio Margarida, CNBB, porque nós não podemos trabalhar sozinhos, sabendo que a violência sexual é multifacetada. Ela tem vários fatores que influenciam, inclusive na exploração sexual, que é um dos nossos grandes desafios.

Por quê? Quando chega uma criança para nós, só para lhe dar um exemplo, a família diz que ela foi abusada sexualmente. No diálogo, no acolhimento, vai se descobrir que não é abuso, que ela está sendo explorada sexualmente. É muito difícil denunciar a exploração porque existe uma rede de aliciadores, existe o poder econômico. A maioria dos que se favorecem dessas crianças é quem tem o poder econômico, o poder político, enfim.



E nós estamos aqui para esse enfrentamento e à disposição. E queremos o apoio, sim, do Governo Federal, da CPI, de todos aqui presentes para nos darem essa retaguarda, porque nós queremos avançar muito mais no Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O PAIR está funcionando aqui? O Programa do Governo Federal, PAIR.

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - O PAIR com a SEJUDH — Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só em Altamira?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Então, vamos lá. Eu queria lhe agradecer, Dra. Eugênia, não é?

A SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Obrigada também pela oportunidade de esclarecer melhor o nosso trabalho

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor quer falar mais alguma coisa, Dr. Jorge?

O SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT - Sobre a citação da Secretaria de Turismo — SETUR, o PRO PAZ vem trabalhando junto com a SETUR na inauguração, agora dia 23, do nosso terminal hidroviário. O PRO PAZ já tem uma sala ao lado do Juizado de Menores. E nós estamos assumindo também uma sala no terminal de Barcarena, que também tem uma incidência muito grande da questão da exploração.

E também outra citação. Com relação à participação da SEDUC no Comitê Estadual, a SEDUC realmente ficou ausente por um período, em razão da transição dos gestores, mas já se faz presente no Comitê, participando. Já até protocolou os seus encaminhamentos, a sua tarefa junto ao Comitê.

Eu me coloco à disposição dos senhores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo. Obrigada, Dr. Jorge.

Eu vou, então, passar a palavra para a Delegada, para ela complementar as informações. Depois vou passar para a Presidente do Conselho.

Então, passo a palavra para a Delegada Simone Edoron Machado Araújo, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará. A senhora dispõe de 5 minutos.



A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Bom dia. Gostaria de congratular todos os presentes na pessoa da Deputada Erika Kokay e de informar e confirmar a preocupação do Sistema de Segurança Pública com a questão do enfrentamento à violência sexual.

Quando a gente pega os dados que a gente tem de atendimento do PRO PAZ e também os dados estatísticos da segurança pública no quesito crimes que são praticados contra crianças e adolescentes, com recorte principal no que diz respeito à violência sexual, realmente é um fenômeno o que a gente tem vivenciado no nosso Estado.

Por força disso, inclusive 2 anos atrás, através de uma portaria do Delegado-Geral, Dr. Nilton Atayde, à época, foi instituída a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis, que eu coordeno. Essa Diretoria veio justamente com a finalidade de fazer um atendimento humanizado, técnico e interdisciplinar a todas as pessoas que são vítimas de violência e que estão em situação de vulnerabilidade, dentre elas a criança e o adolescente.

Também como um marco da nossa busca, enquanto instituição de segurança pública, de formar os nossos policiais e capacitá-los para esse tipo de atendimento — atender crianças e adolescentes não é um atendimento que qualquer policial que se sinta capacitado tecnicamente para fazer —, nós ingressamos, nessa nossa turma de formação de delegados que está cursando a academia, uma disciplina específica, para atuação com grupos vulneráveis, justamente para instruí-los tecnicamente nesse protocolo de atendimento.

Quanto aos dados, eu gostaria de fazer algumas ponderações a respeito dos dados que foram colocados aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você tem quantas Delegacias de Proteção?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Nós somos, na área metropolitana... Desculpe, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De Proteção, não de Adolescente Infrator. De Proteção.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - De Proteção. Na área de proteção, nós temos a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que



atende a todas as outras violências, que não a sexual. Nós temos duas unidades especializadas, duas delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes, com o recorte principal para a violência sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - São duas na área metropolitana de Belém: uma sediada na Santa Casa, e outra sediada no Centro de Perícias Científicas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E no interior?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - No interior nós temos duas unidades, que são a de Santarém e a de Bragança. E estamos com três polos já em funcionamento, mas ainda aguardando inauguração, que são Tucuruí, Paragominas e Altamira. São unidades especializadas, vinculadas ao Programa PRO PAZ, que têm o viés de atendimento à mulher e também a crianças e adolescentes vítimas de violência. E aí é vítima de violência como um todo, não especificamente a violência sexual.

Na área metropolitana de Belém, além da Delegacia de Proteção, que faz atendimento a outras violências, nós temos as duas com recorte especial para violência sexual. E nós ainda temos a Delegacia de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidas. Então, totalizamos três unidades especializadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja bem, de criança e adolescente exclusivamente, vocês têm só a de desaparecimento?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Desaparecimento; Proteção à Criança e ao Adolescente, para outras violências que não a sexual, e duas unidades na área metropolitana de Belém só com recorte de violência sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas que atende também mulheres, como você falava?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não, não. Na área metropolitana de Belém, não. Na área metropolitana...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quatro só de crianças e adolescentes?



A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Na área metropolitana de Belém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sendo duas com recorte de violência sexual, uma para outros tipos de violação...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E uma quarta para desaparecimento.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Desaparecimento de crianças.

E no interior, que são esses outros cinco polos aos quais me referi, é que nós já vimos com o atendimento misto, que são mulheres...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Atende mulheres também?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Também.

E ponderando alguns dados que foram colocados aqui, eu gostaria de fazer as seguintes reflexões. Com relação aos dados de atendimento citados pelo PRO PAZ Integrado, a Dra. Eugênia citou os dados de atendimento de todos os nossos polos. Foi isso? O que já faz uma diferenciação muito grande com os dados citados pela Desembargadora, porque a Desembargadora só citou dados da área metropolitana de Belém, da Capital, não foram nem da área metropolitana de Belém, e da Capital. Então, já aí nós diferimos muito nessas informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A segunda maior cidade do Pará tem quantos habitantes?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Ananindeua. Não sei informar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É vizinha. É grande Belém, praticamente.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - É, praticamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós temos a grande concentração, que é um fenômeno das cidades brasileiras, dos Estados brasileiros, inclusive. A grande concentração de pessoas está na Capital e nos seus arredores.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Isso. Ainda na área metropolitana de Belém.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, veja, isso não minimiza, não é?

Mas vocês vão passar para a gente qual é o dado de Belém. Seguramente, se Belém tem dez... Não. PRO PAZ, eu estou falando. Se você tem 10 unidades do PRO PAZ em Belém, que é a grande maioria, e você tem a concentração...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Dez unidades do PRO PAZ?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não foi isso que você falou? Dez?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não, nós temos duas unidades do PRO PAZ.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Duas unidades do PRO PAZ.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Que são vinculadas justamente a essas delegacias que eu lhe reporte.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sei. Exatamente. E trabalham em conjunto, não é?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Trabalhamos em conjunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, na verdade, vocês estão com o PRO PAZ?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - É. Nós estamos com o PRO PAZ, e o PRO PAZ está com a gente, né? Na realidade, é um serviço integrado.

Então, considerando tão somente essas duas unidades que nós temos, uma que atende parte de Belém, nos anos a que a Desembargadora se referiu, nós tivemos 279 procedimentos instaurados. Se eu considerar outra unidade que nós temos, descentralizada, de Belém, que é o Comando de Policiamento da Capital — CPC, que atende, além de parte da Capital e ainda atende a Ananindeua e a Marituba, nós temos também 207. Então, nesse período informado, foram 486 inquéritos instaurados só por essas duas unidades vinculadas à DAV. Eu não estou



Ihe passando dados de atendimento registrado por todas as delegacias e seccionais da área de Belém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona em período integral?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - O PRO PAZ Integrado não. Ele funciona de segunda a sexta, das 8 horas às 19 horas, ininterruptamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não funciona nos finais de semana. Via de regra, a violência sexual tem incidência maior à noite e em finais de semana, é lógico, quando os agressores estão... Ela é muito doméstica, não é?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Deputada, o fato pode até ser praticado à noite ou de madrugada, mas a notícia não chega para a gente com o mesmo volume na noite ou na madrugada. Inclusive, não são todos os casos que são registrados de forma flagrancial. A maior parte dos nossos atendimentos — eu posso lhe falar de forma segura —, 80% dos nossos atendimentos são de situações não flagranciais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é que é ruim.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - São de situações que já vêm ocorrendo há muito tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é ruim demais, porque o flagrante possibilita a prisão imediata.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Exatamente. São situações que já vêm ocorrendo há certo tempo, situações que não são flagranciais.

Inclusive, a segunda ponderação que eu gostaria de fazer em razão da fala da Dra. Eugênia é que existe uma lacuna entre dados de atendimento e dados de ocorrência policial, sim, tanto que, apesar de sermos um serviço integrado, os dados feitos pelo atendimento do setor social do PRO PAZ Integrado são muito maiores, são 50% maiores do que os dados feitos de registro de ocorrência policial.

Como nós somos um serviço de referência no Estado, nem todas as situações diretamente atendidas pelo corpo social do PRO PAZ Integrado configuram crime. Há situações em que, quando o corpo social faz o acolhimento, a primeira escuta da criança, ele identifica na realidade um processo de conflito familiar que nos exige outros encaminhamentos que não o da delegacia de polícia.



Outras situações há em que é registrada ocorrência policial, nós não instauramos o procedimento, são registrados dossiês de acompanhamento, sendo a criança submetida a perícia e encaminhada para atendimento psicológico. E se procede a todas as escutas. E nós ficamos aguardando a formatação de provas para finalizar o inquérito e encaminhá-lo à Justiça.

Na maioria dos casos que nós atendemos, em 60% dos casos que nós atendemos, eu posso também lhe assegurar que nós não temos materialidade em laudo pericial. E aí passa a ser a nossa outra...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como funciona o laudo? Quanto tempo demora para se fazer um laudo?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - A perícia é feita de forma imediata. Eu vou lhe narrar como é o atendimento da criança, mas isso é feito no mesmo dia, em algumas horas: ela chega ao serviço e é acolhida pela nossa assistente social, que faz um acolhimento, faz uma escuta e elabora um relatório a respeito do fato que envolve aquela criança. Esse relatório é encaminhado à delegacia de polícia. Com base nesse relatório social é que nós registramos a ocorrência policial. Depois a criança é encaminhada à perícia, e isso tudo é feito no mesmo espaço físico. Depois do encaminhamento dessa criança à perícia, nós a levamos não só ao atendimento e acompanhamento psicológico, mas também ao atendimento médico. E é a partir desse momento que a criança e a família passam a ser preparadas por nosso corpo técnico para o procedimento policial. Quando a família registra a ocorrência policial, já sai notificada da data e hora em que deverá ir ao serviço para a gente dar início à persecução criminal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora acha que o atendimento está a contento? Está bem o atendimento? O número de profissionais é suficiente?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Deputada, eu acho que o protocolo, o sistema é perfeito. A forma como nós acolhemos, a forma como nós trabalhamos e atendemos as crianças, dentro de todas as metodologias de trabalho...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora acha que não precisa de mais nada?



A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não, não estou falando isso. Estou dizendo que a metodologia que nós utilizamos é, sim, muito boa.

Aquilo de que nós precisamos, o que é uma característica inclusive do Sistema de Segurança Pública e de todas as outras Secretarias, é de RH. Nós temos hoje uma demanda que nós, infelizmente, não estamos conseguindo atender. Nós precisamos melhorar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora estima qual seria essa demanda?

Eu estou falar tudo isso, porque negar o problema é perenizá-lo. Então, nós temos que ter uma noção exata, até porque nós vamos ter uma reunião com o Poder Executivo e vamos reivindicar algumas coisas segundo o que constatarmos aqui. Se os problemas não ficam claros, é difícil que se possa verificar, não é?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Com certeza. Então, voltando, como eu lhe falei, nós temos uma demanda muito além do que temos capacidade de absorver. Hoje, em cada PRO PAZ Integrado nós temos duas delegadas de polícia, uma escrivã e duas equipes de investigadores, cada equipe com dois investigadores, com o que nós não conseguimos atender à demanda que nós temos, assim como nós temos um número ainda muito aquém de assistentes sociais, de psicólogas, de peritas, de médicas, de ginecologistas. Então, eu acho que, se for para tratar o problema da forma como nós todos aqui objetivamos, e estamos comprometidos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora diz que o fluxo é perfeito.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Entendo que sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os princípios, os paradigmas da abordagem são perfeitos. Eu acho que é um bom princípio, mas que não se tem como atingir a demanda porque tem uma deficiência de pessoas, de profissionais.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - De RH. E isso para a gente é muito complicado, porque faz com que a gente tenha uma demora maior na finalização desses inquéritos policiais...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só uma observação, Simone.



A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Só um instantinho, Deputado, para finalizar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois não.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Há uma demora maior na instauração desses inquéritos policiais porque o número de ocorrências policiais registradas é muito maior do que a capacidade das delegadas de fazerem a persecução criminal, assim como os laudos psicológicos que nós precisamos para consubstanciar essa violência também são um pouco mais demorados porque também há uma demanda muito maior para que a psicóloga possa fazer esse acompanhamento devido, que deveria ser de duas vezes na semana, de uma vez na semana, e acaba não sendo. Então, quando a gente poderia ter um laudo em 2 meses, às vezes leva 6 a 8 meses para obter esse laudo. A mesma coisa é reflexiva na questão da perícia técnica. A perícia é realizada logo no primeiro momento, mas o resultado desse laudo pericial às vezes demora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É o laudo que demora, não é?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - O laudo demora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De 2 a 6 meses, aqui.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - O laudo psicológico.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O psicológico. E o laudo pericial...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - De 6 a 8 meses. A gente leva de 30 a 90 dias para receber o laudo pericial.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De 30 a 90 dias.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - É toda essa gama de situações que faz com que haja uma maior demora na persecução criminal, haja uma maior demora na responsabilização desse agressor e, entre outras coisas, no encaminhamento do fato à Justiça.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Simone, eu acho que o seu diagnóstico foi correto, mas a gente percebe também, em alguns casos, que muitas vezes a questão do laudo psicológico, que precisa ser feito obrigatoriamente... Mas ele muitas vezes é visto como pré-condição para se fazer o procedimento policial, quando, na verdade, não o é, está certo? O laudo pericial, dependendo da situação,



pode ser um elemento superador de dúvida, de convicções, mas quando a situação pode estar em tal grau de materialidade, de flagrância, de evidência, de simetria nos depoimentos ele não é pré-condição. Eu acho que há um problema de entendimento, também, nesse sentido, e a gente verifica em muitos depoimentos por aí...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Deputado, eu concordo em parte com o que o senhor está falando.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ... situações em que é colocado o laudo como sendo pré-condição para se fazer o procedimento, quando...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não, não é pré-condição para ser fazer o procedimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, eu sei que não é. Eu estou dizendo que às vezes tem entendimentos deformados nesse sentido.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Eu até concordo que em alguns entendimentos o laudo pericial seja assim entendido, como, por exemplo, quando nós temos uma situação de violência sexual e toda a equipe tem certeza — e quando eu falo toda a equipe, eu falo da equipe interdisciplinar—, de que aquela criança foi submetida a uma violência sexual, mas nós não temos laudo pericial, nós não temos laudo psicológico, nós não temos materialidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, o inquérito fica frágil.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - E materialidade não faz com que, entre outras coisas, sequer a gente consiga solicitar qualquer medida cautelar em juízo. O valor de prova da vítima, da fala da vítima já está até, de uma certa forma, pacificado dentro da doutrina. Porém, contudo e entretanto, ainda é regra no nosso processo penal a prova material. Então, que a prova material não seja... Concordo com o senhor que, infelizmente, ainda temos algumas autoridades policiais que ficam se apegando à questão do laudo pericial, o que não é, eu lhe garanto, o olhar que nós, inclusive, estamos (*ininteligível*) academia e da equipe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não há divergência entre o que vocês estão falando. O que o Deputado está dizendo é que às vezes há convicção de que houve o crime e que, havendo a convicção, é importante instaurar



o inquérito, que será robustecido com o laudo. Não é prescindir do laudo; é não esperar apenas o laudo para dar início ao inquérito.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Pois é, Deputada, mas a questão é que o inquérito policial tem apenas 30 dias para sua conclusão. Nós temos 30 dias para instaurar o inquérito policial, concluí-lo e encaminhá-lo à Justiça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se o inquérito é frágil, ele é...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Se eu tenho apenas 30 dias para instaurar um inquérito policial e eu levo de 30...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Concordo com a senhora.

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - ... a 60 dias para ter a remessa de um laudo pericial e eu tenho uma base de 6 a 8 meses para ter um laudo psicológico, como eu vou instaurar esse inquérito?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, a senhora tem razão. A senhora quer acrescentar mais alguma coisa?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não, não. Estou à disposição. Eu me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu queria lhe agradecer, Dra. Simone...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu só quero... Então, é por isso que tem essa fragilidade nas denúncias do Conselho Tutelar? Quando chegam lá, não tem como elas se tornarem inquéritos, não é?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não, eu não vejo isso. Até porque o Conselho Tutelar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele falou em 318 denúncias. A senhora tem estatística de quantas denúncias são feitas pelo Conselho Tutelar?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De onde vem esse número...

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu acho que deveriam investigar... Trezentas e dezoito denúncias!



A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Na realidade, nesses dados que foram informados precisa ser feito um recorte...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem que fazer uma (*ininteligível*).

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - ... no sentido de por quais denúncias as crianças estariam no Conselho Tutelar. Se, entre outras coisas, já encaminhadas até mesmo pelo nosso serviço, por uma questão de proteção, ou se foram situações em que a criança entrou em risco e ainda não foi feita a comunicação para a delegacia. O Conselho Tutelar faz parte da rede de atendimento e de proteção e, assim, é ciente de todo o mecanismo de rede que a gente tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É a porta de entrada, não é?

A SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - A porta de entrada, a principal porta de entrada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu vou passar a palavra para a Sra. Maria de Nazaré Sá de Oliveira.

O senhor se sinta à vontade, Dr. Carlos Bordalo, mas eu vou lhe pedir autorização para a gente passar a palavra, depois da Nazaré, para o Delegado Marcos Fabiano, para que ele possa já ir acrescentando a essa discussão.

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu passo a palavra à Sra. Maria de Nazaré Sá de Oliveira, Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará.

A SRA. MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Primeiro, eu quero saudar a Comissão que veio de Brasília e dizer que a minha cabeça está agoniada com um monte de informações que eu teria que trazer aqui, para esta reflexão. Nós estamos aqui 3 Conselheiros Estaduais dos Direitos da Criança: a Conselheira Angelina, da FASEPA; o Conselheiro Ricardo, da OAB; e eu, que represento também uma ONG, o Instituto Universidade Popular.

De tudo o que foi falado, com muito do que a Deputado Erika se referiu a gente concorda tranquilamente. A questão que eu queria trazer... São três os desafios, de tudo o que já foi falado. O primeiro é o fortalecimento dessa rede de proteção. Essa rede, na capital tem uma cor, tem uma atuação. Essa rede, no



interior está totalmente fragilizada. E a gente discute, lá no Conselho, principalmente a questão da Defensoria Pública. Chamamos a Dra. Negrete e dissemos o que vamos fazer pra ver quem pode — a aí eu acho que a Assembleia Legislativa tem muito a ver — aumentar o número de defensores, porque muitos processos param porque não tem um defensor para acompanhar o processo. Essa é a primeira questão da rede.

Uma outra questão é que parece que violência sexual tem que ser cuidada depois da abordagem inicial, no conceito gerado pelo CREAS. Eu ouvi uma Secretária de Assistência dizer: *“Eu nem vejo tanta gente no CREAS”*. Então, não tem violência, porque, além de eu estar Presidente do Conselho, eu trabalho na Escola de Conselhos, como formadora. E quando a gente vai trabalhar a capacitação — estão ali dois alunos nossos —, a gente pergunta: *“Quais são os casos que mais chegam ao Conselho Tutelar?”* Aí, eles dizem: *“Conflitos familiares, pensão alimentícia e violência sexual”*. E aí eu ficava pensando aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Repita.

A SRA. MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Conflitos familiares, a questão de autoridade, de separação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Conflitos familiares...

A SRA. MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Pensão alimentícia e violência sexual. Então, quer dizer, é uma marca dos 144 Municípios. E aí você olha o Município, o orçamento do Município, o investimento que o Município tem para a atuação, por exemplo, dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos — que na maioria não funcionam — e vê que a formulação de políticas está muito aquém. O Conselho de Direitos de Belém, da Capital, tem um funcionamento tão precário que não pode ser referência pra nenhum de outro Município.

Aí a Assembleia Legislativa aprova um Plano Plurianual, um Orçamento que não discutiu com o Conselho Estadual. E não discutiu com nenhum espaço de articulação a dotação orçamentária para o enfrentamento dessas violações.

O PRO PAZ é realmente um programa excelente, mas onde ele está centralizado? Na capital e em alguns polos.

Eu vejo falar muito de Marajó. Eu sou filha de Marajó. Eu tenho crianças da minha família que foram abusadas sexualmente e até hoje o abusador não está



respondendo, depois de 7 anos. Por quê? Porque não tinha um promotor lá, porque não tinha um defensor, porque não tinha um juiz. Mas não é só em Marajó. No sul do Pará, nem chega a denúncia, porque é tão distante... A gente fala com os conselheiros do sul e do sudeste do Pará, e eles dizem: *“Nem adianta processar, porque não chega...”*

Então, na verdade, quando a CPI vem ao Pará, eu fico me perguntando assim: *“Ah, tudo bem A gente pode fazer mais um levantamento de dados...”* E não fizemos no Conselho Estadual porque foi em cima da hora que chegou toda a informação. *“Mas qual é o nó?”* Pra nós, são três nós: o Orçamento público, que é totalmente vinculado a repasses do Governo Federal... A maioria dos Municípios, pra cuidar dessas atuações, só repassa o trabalho com o repasse do SUAS, e ainda aplica mal o dinheiro do IGD e do IGD-SUAS.

A questão, por exemplo, da retaguarda, quando o Conselho Tutelar tem espaço, porque a maioria nem tem um espaço digno para atender essas crianças. É uma sala só para todo mundo ouvir — chegam três, quatro casos, que são atendidos no mesmo espaço. Essa é a realidade da maioria dos Municípios. Depois, essa família vai ser atendida por quem? Não tem! O CREAS está cheio, porque o CREAS tem que atender idoso, tem que atender mulher, tem que atender portadores de deficiência e tem que atender as crianças vítimas de violência! Então, muitas crianças vão pra casa, e a história se repete. Essa é uma situação.

A outra situação é sobre o Plano Estadual de Enfrentamento, que é nossa responsabilidade enquanto Conselho Estadual. Qual é o desafio? Por que o Plano Estadual não sai do colóquio? Nós já fizemos essa discussão. É porque muitos órgãos e a sociedade civil não têm clareza da importância desse Plano para efetuar um confronto de frente. Então, essa é a questão. Ele iria ser lançado ontem. Eu disse: *“Não vamos fazer isso porque o Conselho Estadual nem ainda pautou.”* E o que significa não pautar no Conselho? Significa que os órgãos que compõem o Conselho — as Secretarias de Estado — não vão comprometer o seu orçamento.

Quando a gente analisa o Orçamento das Secretarias, lá no Conselho, a gente vê que a área da infância e adolescência... Basta ver o Orçamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Basta só ver esse! Você vai ver a dotação



no Orçamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. É tímida! Não dá para enfrentar esta mazela da violação de direitos.

Disseram-me que já terminou o tempo, mas eu queria colocar ainda este descompasso dos dados, do que termina em processo, do que chega ao Conselho Tutelar. Na verdade é porque no meio do caminho tem uma delegacia em que não tem um delegado lá pra fazer o processo direito; tem um processo que não tem defensor para encaminhar. Ontem, eu recebi um pacote de denúncias de um Município muito distante, que tem população indígena — Jacareacanga —, de professores que abusaram em troca de aprovação na escola e que, de prêmio, foram transferidos para uma cidade mais adiantada, Itaituba. O trabalho da polícia foi correto, o trabalho do Ministério foi correto, mas os dois professores estão dando aula em outro Município porque são excelentes professores e não podem ser afastados do quadro. Então, esse aí é um detalhe.

Para fechar, tem uma questão que para mim é mais séria. Eu e a Irmã Henriqueta, a gente joga bola direto. O meu telefone é o Disque 100 do Pará. O pessoal liga direto, pedindo socorro. Eu passo para a delegada Simone, que sempre atende, encaminha as denúncias. É a rede, né? O que é que a gente percebe? Com esta questão da perícia que alguns profissionais ainda exigem “*Não tem prova, não tem flagrante*”, ou seja, um desconhecimento total dos avanços da lei, tudo fica muito prejudicado. A família mesmo recua e diz: “*Ah, não, desisto. Não vou mais*”, porque a criança não quer mais falar. Eu estava ouvindo duas crianças conversando e uma disse assim: “*Ah, mas tu foste atendida no PRO PAZ. Ah, lá tinha alguém. Mas eu fui lá, naquela delegacia, e não vou mais!*” Então, tem essa questão.

Uma sugestão para a Assembleia Legislativa. O Deputado está aqui. Não é só a Comissão permanente na Câmara Federal, mas a Assembleia Legislativa não tem uma Comissão que trate de orçamento para a criança, que trate especificamente de cuidar de crianças e adolescentes. O nosso Estado tem uma dimensão de continente, com atores sociais diferenciados. Eu vejo um avanço muito grande na formação, mas ainda há violações gravíssimas nesta área do abuso e da exploração sexual, impactada pelos grandes projetos, e o Conselho Estadual também não consegue avançar nessa discussão porque as próprias Secretarias que o compõem... Os suplentes que chegam lá não têm também o poder de decisão, na



maioria. Então, são três Secretarias que vivem mais o cotidiano do Conselho Estadual. As demais vão marcar presença, não participam. Aí é muito complicado.

Teria muito mais elementos pra trazer, e a gente se compromete a mandar. A Presidente está me dizendo para concluir. Que pena, porque o Conselho Estadual tem essa visão do Estado todo. Mas não faltará oportunidade pra gente colocar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, D. Maria de Nazaré.

Vou passar, então, para o nosso Deputado Carlos Bordalo, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Em seguida, eu passo para a Leila Maria dos Santos Silva, que é Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Pará. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Ela estava aqui agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela não está. Então, eu vou passar para o nosso Deputado Carlos Bordalo e, em seguida, para o Fábio Sérgio Paixão Almeida, Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares.

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam Sá, Deputado Jordy, meus cumprimentos. O Parlamento do Pará se sente honrado em recebê-los, ainda mais porque vocês aprofundam uma temática que já foi objeto e continua sendo uma grande preocupação da população do Pará.

Eu avalio, Sras. Deputadas, que, para entendermos o que sofremos no Pará nessa dimensão de violação de direitos, é preciso situar o nosso Estado no seu marco histórico de desenvolvimento. Eu avalio que nós vivemos um déficit civilizatório impressionante no Pará, e esse déficit civilizatório se expressa em manifestações que às vezes o Brasil pensa que só acontece aqui. A situação de Marajó, Sra. Deputada Liliam, é algo que, se não for tratada de uma forma diferenciada, não adianta. Marajó não pode mais continuar merecendo a mesma abordagem de tratamento de qualquer outra região. Isso já é um recorte. A senhora vai para lá daqui a pouco, vai a Breves.



O Estreito de Breves é um absurdo! É pelo Estreito de Breves que se dá toda a grande movimentação dos aliciadores, quadrilhas que efetivamente sequestram socialmente centenas de meninas para levá-las a Oiapoque, a Macapá, para atravessarem as fronteiras para o Suriname e para Caiena. Isso já é sobejamente conhecido! A troca de meninas por óleo *diesel*, isso não adianta mais repetir. Então, quanto a Marajó, a nossa CPI já identificou. Eu vou enviar para a senhora o relatório da CPI da Pedofilia.

Outra coisa fundamental é entender que neste Estado, por causa do seu déficit civilizatório, as suas políticas públicas, no que concerne a isso que a Nazaré falou, que as delegadas já falaram... Olha, é um esforço sobre-humano que faz esta turma que está aqui, Deputada, para dar conta, porque os seus órgãos entendem essa questão como algo muito secundário. Vá ver os orçamentos, o pessoal. Temos o PRO PAZ, uma proposta que eu considero... Olha que eu sou Deputado de Oposição, mas eu considero o PRO PAZ, nesta dimensão de integração, uma proposta avançada e adequada. O que falta? Maior cobertura! Maior cobertura e desvincular daquela outra parte do PRO PAZ que contamina esta com uma suspeita eleitoreira. É preciso desvincular aqueles dois PRO PAZ, dar outro nome para aquela outra coisa, para que a credibilidade que têm os profissionais dessa nova proposta não seja contaminada por aquela.

Mas, a senhora vê: em fim de semana não funciona. Por que não funciona? Porque ninguém aguenta trabalhar direto! É preciso ter mais profissionais. Tem que abrir em fim de semana, Jordy. Não pode, tem que abrir! Tem que abrir!

A nossa CPI do Tráfico Humano, que veio depois da CPI da Pedofilia — vou mandar também o relatório a V.Exa. —, identificou um outro componente extremamente importante: a conexão de uma coisa com a outra. Na região de Bragança, Deputada, a Vila de Bacuriteua é uma porta aberta do tráfico de humanos e, entre eles, de crianças, de adolescentes para o turismo sexual do Nordeste e para a exploração sexual internacional via, de novo — de novo! — Oiapoque e Macapá.

Pelo amor de Deus! A Polícia Federal, o Estado brasileiro tem que dar um jeito naquele absurdo que é a fronteira de Oiapoque. As meninas vão daqui, Deputada, ficam nas boates de Macapá e de Oiapoque, e os olheiros, os aliciadores atravessam para selecionar as melhores e levar para lá. E todo mundo sabe onde é



a boate! A nossa CPI já mostrou o nome da boate! A nossa CPI do Tráfico Humano mostrou inclusive quais eram as aliciadoras principais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado, o juiz de Oiapoque está envolvido!

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Nós mostramos em Bragança, Deputada, de onde se comanda a quadrilha de aliciadores em toda a Região Bragantina do nordeste do Pará, que pega Viseu, Augusto Corrêa, Santa Luzia, Tracuateua, Capanema. E o comandante disso continua comandando de dentro da cadeia, de dentro da prisão de Bragança!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quem é?

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - É o Pororoca. Eu dou até o nome: é o Pororoca, doutora, ouviu, Deputada, e ninguém faz nada!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o nome desse juiz que está envolvido?

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Eu fui recentemente a Bragança, fui à Vila de Bacuriteua, conversei com moradores e perguntei se tinha alterado alguma coisa. Deputado, não alterou nada! As mulheres continuam embarcando aqui, no barco que exporta peixe e que vai para o Nordeste. As mulheres vão, misturadas com peixe salgado, para Fortaleza, vão para Recife e outras vão para Macapá. Então, eu acho que a gente está meio cansado por aqui também, Deputada, eu te confesso.

Por último, se não cuidarmos dos Conselhos Tutelares e da Defensoria Pública, esta rede não tem como ter uma porta de proteção, de abrigo e de recepção. Eu visitei Conselhos neste Estado que não têm uma bicicleta para o conselheiro andar. Eu visitei sede de Conselho Tutelar que não tem cadeira pra sentar. E o quadro aqui, da Metropolitana... A OAB fez um trabalho e vai chegar, com certeza.

Portanto, eu agradeço. Acho que o nosso trabalho serve como um choque pedagógico para a sociedade. Eu também acho que, após a CPI da Exploração Sexual Infantil no nosso Estado, eu sinto uma mudança de comportamento nos órgãos, eu sinto que há uma nova atitude, mas é preciso que nós avancemos muito. E acredito que a gente só vai avançar se a educação for incluída, se a SEDUC



participar muito mais, se a nossa estratégia educacional oficial incorporar essa dimensão, para que a gente construa uma outra mentalidade e altere a conduta dos agentes privados e públicos nos Municípios.

Os Municípios deste Estado são um absurdo! Tudo se faz e tudo se acoberta no Município. A gente fica daqui, se virando, mas lá no Município, em que ocorre a coisa, é impressionante a cobertura da autoridade X, da autoridade Y. A Irmã Henriqueta sofre um problema sério, lá em Chaves. É um absurdo o que ocorre em Chaves, uma proteção a certos agentes, que ocorre lá, que a gente acha incompreensível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Concluo, Sra. Deputada, agradecendo. E vou lhe enviar os relatórios das CPIs daqui, para auxiliar no seu relatório.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Muito obrigado, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada pelo seu trabalho junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, junto com o Deputado Arnaldo Jordy.

Eu chamo o Sr. Fábio Sérgio Paixão Almeida, Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares de Belém. V.Sa. tem 5 minutos, porque nós já estamos atrasados para ir a Breves.

Faltam somente três expositores. Depois, tem a Norma Sueli de Souza Carvalho. Ela está presente? A Norma Sueli já foi? *(Pausa.)* Então, Reginaldo Reis Gomes, Presidente da Associação, está aí, e a Irmã Henriqueta. Só tem mais duas pessoas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, a Irmã não quer falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não vai falar hoje?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vai falar só em Breves.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está bom.

Com a palavra o Sr. Fábio Sérgio Paixão Almeida.

O SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Bom dia a todos e a todas.



Deputada, sinceramente, a gente já está acostumado a limitações. Limitações no tempo, limitações nos atendimentos, limitações numa mesa de representação — isto é uma autocrítica à Mesa —, limitações na sociedade, limitações nas áreas de entradas como portas de entrada.

O Conselho Tutelar foi citado do começo ao fim, aqui, mas nós sequer fomos chamados, de uma forma representativa, para podermos, de fato, expressar as necessidades e as dificuldades por que o Conselho Tutelar passa.

O principal eixo de todo este debate é a falta de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não tem outro! Podemos fazer semanas, meses e anos de formações ou de debates como este, mas se não houver o conhecimento baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, não se avança, porque a nossa briga é constante com os órgãos da rede, os órgãos de competência, que não conhecem as obrigações e as atribuições do Conselho Tutelar e não respeitam quando os conselheiros passam a acompanhar casos de crianças e adolescentes que são abusados.

Uma prova disso eu tenho aqui, entre amigos da gente, familiares que apresentaram denúncias. Nós não tivemos respostas de várias redes e fomos falar com a Dra. Odete que, coincidentemente, está aqui, na mesa. Ela recebeu um apelo deste humilde conselheiro. É o que acontece, a Dra. Odete sabe disso: ou nós ligamos para o Dr. Maurício ou nós ligamos para a Dra. Odete, porque o PRO PAZ não funciona! Eu nunca vi funcionar nem até às 19 horas, porque funciona só até às 18 horas, na Santa Casa, e até às 17 horas, no anexo ao Renato Chaves, porque *“não chegam casos na noite, nem nos finais de semana, como denúncia!”* Lógico que não chegam, porque o Conselho Tutelar funciona 24 horas e nós temos que, imediatamente, dar assistência àquela criança ou àquele adolescente abusado, procurando alternativa no Município ou no Estado para abrigar aquela criança.

Muitas vezes passamos horas e horas com aquela criança espancada ou estuprada dentro do Conselho ou dentro do carro porque nós encontramos várias portas fechadas, mesmo requisitando, encaminhando e explicando a situação. Liguei muitas vezes, de madrugada e à noite, para a Dra. Odete, explicando a situação, pedindo ajuda a ela.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não tem nenhuma casa de passagem ou abrigo que funcione, para levar essas crianças?

O SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Temos casa de passagem, mas é limitada. São nove vagas para meninas e nove vagas para meninos, dentro de Belém.

Recentemente, a Nazaré, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, ligou para mim às 10 horas da noite dizendo que estava vindo uma adolescente traficada do Município de Curralinho. E nós ficamos a noite inteira monitorando. Conseguimos solucionar, mas não oferecemos o atendimento adequado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essa menina estava vindo do Município de Coari?

O SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Do Município de Curralinho, de Marajó.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ah, Marajó.

O SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Nós fizemos a abordagem aqui, num dos portos de Belém.

Nós estamos cansados de ressaltar aqui nomes heroicos, como Nazaré, irmã Henriqueta e outros nomes, alguns que até se foram ou que são ameaçados de morte, mas é onde a rede entra num conflito de competência.

Agora mesmo, aqui, nós sabemos que existe um PRO PAZ onde existem vários grupos em que há conflitos de competência. Estava explícito isso aqui agorinha. Há questões de relatos, há questões de atendimentos. Nós vivemos isso agora, aqui na frente, e o Conselho Tutelar é penalizado com isso, a Defensoria Pública é penalizada com isso, aqueles que lutam pela OAB, porque, muitas vezes, a gente fala por vento, a gente fala por nada.

A gente precisa, só para refletir... O art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que criança e adolescente são prioridades absoluta. Na prática, nós não vemos isso acontecer.

Quero deixar uma pergunta a todos os Deputados que estão presentes, Federais e Estaduais, e ao representante do Governo: quantos de vocês debateram a disponibilidade de suas emendas para a estrutura dos conselhos tutelares nos



Estados? Porque nós puxamos, na Assembleia Legislativa, dos 41, nós não vimos nenhum, Deputado, disponibilizando emendas para a estrutura dos conselhos tutelares, de centenas de Deputados Federais, no Congresso. Se há outras informações, fico tranquilo. Mas, dos 17 Deputados Federais que a bancada do Estado tem, só um — e agora um segundo, porque eu estava em Brasília e cheguei há pouco trazendo esses dados, este que está aqui à Mesa, o Deputado Arnaldo Jordy — disponibilizou parte considerável de suas emendas para a estrutura dos conselhos tutelares. Este é um dos critérios na Secretaria de Direitos Humanos: ou a disponibilidade das emendas ou o critério das Capitais e dos Municípios próximos das rodovias federais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O Deputado Beto Faro também.

O SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - O Deputado Beto Faro também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para concluir.

O SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Então, o nosso apelo, aqui, como conselheiros tutelares, é para que, de fato, olhem — o Legislativo, o Executivo — e participem, todos, não só os conselheiros, da verdadeira formação dos direitos da criança e do adolescente, baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente. E que nós possamos, de fato, participar e contribuir para a estrutura do que vocês citaram inúmeras vezes como a porta de entrada de tudo o que acontece com a criança e o adolescente de Belém, do Estado e do Brasil.

Muito obrigado e um bom dia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Fábio Sérgio Paixão Almeida.

Passo para o último inscrito, que é o Reginaldo Reis Gomes, Presidente da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses.

Nós vamos ser rigorosos com o tempo, porque nós já estamos com um substancial atraso.

Com a palavra o Sr. Reginaldo Reis Gomes.

O SR. REGINALDO REIS GOMES - Bom dia a todos e a todas. Em nome da minha companheira Andreia, colega de Associação, eu gostaria de saudar os membros da Mesa.



Eu sou o Reginaldo, sou Conselheiro Tutelar já por 12 anos. Hoje estou exercendo a função no Município de Paragominas. Sou atualmente o Coordenador da Associação de Conselheiros do Estado do Pará.

Eu quero, primeiramente, iniciar minha fala parabenizando os representantes da Câmara dos Deputados pela iniciativa de virem ao Pará para levarem as nossas informações, e quero dizer que a Associação de Conselheiros é a favor da CPI, do que se está tratando no momento.

Já foi falado, eu posso estar pecando na fala relacionada ao PRO PAZ — e quero fazer até um agradecimento especial, porque o PRO PAZ Paragominas ainda não foi inaugurado, mas já está em atuação —, mas, também, eu quero enfatizar que o número de pessoal... Eu até estava conversando, agora, rapidamente, com eles lá atrás e eu estava dizendo que nós temos um número bem reduzido de pessoal, mas é pelo fato de ainda estar em implantação.

O Conselho Tutelar, todo mundo sabe, é a porta de entrada dessas questões relacionadas a abuso sexual, exploração sexual, enfim. Quero dizer que Paragominas não é diferente de outros Municípios. Eu não tenho estatísticas para repassar aos senhores, mas em Paragominas a gente atende constantemente casos de violência sexual, abuso sexual, vindos de dentro de casa, do próprio pai, enfim, como todo mundo conhece. Mas o que acaba nos chocando um pouco e até nos revoltando como conselheiros tutelares é que, às vezes, nós fazemos um trabalho e esse trabalho não surte resultado, nós não temos o resultado disso.

Por exemplo, eu faço uma crítica relacionada à demora nos processos, quando se trata do processo judicial. Eu atendi uma situação, num Município, de uma adolescente que estava sendo vítima de abuso sexual dentro da própria casa pelo padrasto. Isso foi denunciado várias vezes. Eu fiz o atendimento a essa moça e, numa das vezes, eu fui chamado pela escola. As escolas também não estão preparadas para receber esse tipo de situação, não sabem como proceder, e aí elas vivem chamando o conselheiro para ir até a escola. Eu cheguei à escola, e a menina não queria voltar para casa pelo fato do que tinha acontecido. Só para vocês terem uma ideia, a menina estava com dois dias que tinha menstruado, e o padrasto tinha acabado de manter relação sexual com ela, por isso ela não retornou para casa. Eu tive que tirar a menina da casa para não ter que levar para o acolhimento. Eu a



deixei na casa de um parente e fiz todo o procedimento, conforme a gente conhece — IML, aquela coisa toda, delegacia —, mas demorou muito para que a Justiça determinasse a prisão do agressor.

Aí eu faço outra crítica relacionada ao número de pessoal que nós temos no PRO PAZ, em Paragominas. Eu quero registrar que a Delegada Marinalva é uma pessoa excelente no atendimento. Quando chegou o mandado de prisão do cara, já tinha mais de mês. E quando uma policial feminina esteve na casa do agressor para fazer a apreensão dele, ela não conseguiu, ele fugiu. Conclusão: até ontem, quando eu estava vindo de Paragominas, o cara não tinha sido preso, pela demora do processo, e a menina, logicamente, está fazendo todo o acompanhamento psicológico, está na casa de um parente, porque nós não permitimos que ela voltasse para a casa da mãe.

Então, são situações em que a gente acaba fazendo um trabalho, que é um trabalho de risco, e às vezes a gente não tem o resultado disso.

Eu queria também, aqui... Eu saí às 2 horas da manhã de Paragominas para vir a este movimento, porque para mim interessa como conselheiro tutelar. Então, eu gostaria de ter a oportunidade de falar, pelo menos, por mais 2 minutos.

Em Paragominas, Deputada, nós temos duas denúncias que nós não tivemos coragem de averiguar. Nós recebemos uma denúncia do Disque 100 recentemente no interior de Paragominas — quem conhece Paragominas sabe que ela tem um nome que antes foi pesado em termos de conflito — de que existem várias crianças, meninas e meninos, e adolescentes que mantêm relação sexual com o pai, com o padrasto, e que a mãe presencia — isso numa colônia — e é obrigada também a manter relação sexual na frente das crianças, porque o cara ameaça a própria mãe. Nós estamos com a denúncia do Disque 100, nós já comunicamos à delegacia e nós vamos nos sentar com a delegada para ver uma estratégia de como ir até essa comunidade, porque nós, enquanto conselheiros, não temos coragem de ir, vou ser bem sincero. E aí nós vamos ver de que forma vamos trabalhar em relação a isso.

E pior: recebemos duas denúncias. Não foi do Disque 100, mas foi anônima. Nós temos um pai que está preso na penitenciária de Paragominas. Ele, além de ser usuário de droga, vende droga. Quando ele foi preso, a esposa se separou dele, e também ela ficou na casa onde tem dois filhos adolescentes. Os filhos tiveram que



colocá-la para ir embora, e hoje ele comanda de dentro da penitenciária, ou seja, dá as coordenadas para que os filhos vendam a droga fora da cadeia. Tráfico. Nós recebemos essa denúncia recentemente. Também o Conselho Tutelar já está informando isso à delegacia, porque nós não temos coragem de enfrentar a situação sozinhos. Isso é só para vocês terem uma ideia.

Eu concordo até com a fala do companheiro Fábio quando também falamos do PRO PAZ. Paragominas, Belém e outros Municípios têm PRO PAZ, mas e os outros Municípios que não têm? A condição dos conselhos tutelares...

Dou aqui meus parabéns e agradeço aos dois Parlamentares, Federal e Estadual, que estão aqui, pelo cumprimento e pelo apoio dos *kits* que os conselhos tutelares do Pará, ou do Brasil, estão recebendo hoje. Nós ainda sofremos, por parte da gestão, a falta de compreensão de não quererem entregar os *kits* que os conselhos estão recebendo para que os conselhos possam usufruir deles nos seus trabalhos no dia a dia.

São muitas coisas para colocar, mas o tempo é pouco. Eu quero agradecer e dizer que ACONEXTEL — Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses é a favor, sim, da CPI, porque também nós garantimos o direito de crianças e adolescentes no Pará e no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Reginaldo.

Nós estamos chegando ao fim da nossa audiência e nós vamos encerrá-la dizendo que existe, realmente, um programa do Governo Federal e recursos federais para empoderamento dos conselhos tutelares. É muito importante que nós tenhamos a implementação do SIPIA — Sistema de Informação para Infância e Adolescência, porque o SIPIA possibilita um diagnóstico. Políticas públicas que são frutos de diagnóstico tendem a ser políticas públicas muito mais eficazes.

Nós queremos, então, agradecer mais uma vez ao Presidente desta Seccional da OAB, Dr. Jarbas Vasconcelos do Carmo; agradecer a todos e a todas que puderam estar aqui conosco e que contribuíram para a construção desse diagnóstico; e dizer que nós estamos no aguardo das informações, onde houve o compromisso de que seriam remetidas para a CPI, para que nós possamos fechar esse relatório.



Informo ainda que a gente deve estar realizando... Nós vamos imediatamente nos deslocar para Breves, contando com a generosidade e a solidariedade da FAB, e lá realizaremos uma audiência pública para também discutirmos a situação que ali se desenvolve. No final do dia, provavelmente à noite, por volta das 19 horas, nós estaremos com o Poder Executivo e iremos reproduzir e transformar em questões concretas parte do que nós constatamos aqui das deficiências que precisam ser superadas para que nós possamos enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com isso, não havendo mais nada para tratar, mais uma vez agradecendo a presença de cada um e cada uma de vocês, declaro encerrada a presente reunião.